



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ISAAC CÉSAR PACHECO DE PAIVA**

**REDES DE COOPERAÇÃO DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

**NATAL/RN  
JUNHO / 2019**

**Isaac César Pacheco de Paiva**

**Redes de Cooperação de Economia Solidária e  
Convivência com o Semiárido**

Monografia submetida à coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva.

**NATAL-RN  
JUNHO/ 2019**

**Isaac César Pacheco de Paiva**

**Redes de Cooperação de Economia Solidária e  
Convivência com o Semiárido.**

Monografia submetida à coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 18/06/2019

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva (Orientador)**  
DESSO/CCSA/UFRN

**Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Pamela De Medeiros Brandão**  
DEPAD/CCSA/UFRN

**Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup> Rosangela Alves De Oliveira**  
DESSO/CCSA/UFRN

---

NATAL/RN  
JUNHO / 2019

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro

Paiva, Isaac Cesar Pacheco de.

Redes de cooperação de economia solidária e convivência com o semiárido / Isaac Cesar Pacheco de Paiva. - 2019.  
67f.: il.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social. Natal, RN, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva.

1. Serviço Social - Monografia. 2. Questão social - Monografia. 3. Economia solidária - Monografia. 4. Cooperativas - Semiárido brasileiro - Monografia. I. Silva, Roberto Marinho Alves da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/CCSA

CDU 36-646.6:336.774

## **ESTAÇÕES O CAMINHO DA LIBERDADE**

### **DISCIPLINA**

*Se saíres em busca de liberdade, aprende, antes de tudo,  
Disciplina dos sentidos e de tua alma, para os desejos  
e teus membros não te levem ora para cá, ora para lá.  
Casto seja teu corpo e teu espírito, plenamente sob teu domínio  
E obediente na procura do alvo que lhe foi colocado.  
Ninguém experimenta o mistério da liberdade a não ser pela disciplina.*

### **AÇÃO**

*Não qualquer coisa, mas o correto deve ser feito e arriscado;  
Não se deve flutuar no possível, mas agarrar valentemente o real;  
A liberdade não está no voo dos pensamentos, mas tão-somente na ação.  
Saiu da medrosa hesitação para a tempestade dos acontecimentos,  
sustentado apenas pelo mandamento divino e pela tua fé,  
e a liberdade acolherá o teu espírito com júbilo.*

### **SOFRIMENTO**

*Maravilhosa transformação. As mãos fortes e ativas  
estão amarradas. Impotente e solitário, vês o fim de tua ação.  
Não obstante, respiras aliviado e colocas o correto  
Tranquila e confiantemente em mãos mais fortes e de dás por satisfeito.  
Só por um momento tocaste, feliz, a liberdade,  
Entregando-a então a Deus pela gloriosa consumação.*

### **MORTE**

*Pois vem, a festa máxima no caminho da eterna liberdade;  
morte destrói as fatigantes correntes e muralhas  
de nosso corpo passageiro e de nossa alma cega,  
para que finalmente vislumbremos o que nos é negado ver aqui.  
Liberdade, te procuramos longamente em disciplina, ação e sofrimento.  
Morrendo, te reconhecemos agora na face de Deus.*

*Dietrich Bonhoeffer*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, doador da vida, Senhor e Amigo, Justo e Misericordioso. O Caminho, a Verdade e a Vida.

A meu pai e minha mãe, Hélio César e Mara Pacheco, meus primeiros exemplos de humanidade, amor, trabalho, coragem e fé na vida. Meus maiores incentivadores, cujo suor me permitiu ter acesso aos meios para chegar até aqui. Além de meu irmão Victor César, com quem posso contar na caminhada da vida.

A todos meus amigos, companheiros de fé e não, que me aguentam nas minhas “reflexões” e contribuem para ser quem eu sou. Vocês valem mais que todos os livros.

A Sociedade Brasileira, cujo trabalho financia a possibilidade do ócio para reflexão sobre a própria sociedade, que isso esteja sempre claro na memória. A universidade pertence ao povo.

Aos diversos professores que com seu conhecimento participaram de minha formação estudantil nesse processo, apesar de um conjuntura de incertezas. Ressaltando a orientação de Roberto Marinho, com contribuições de grande importância com o tema estudado, desde antes da construção da pesquisa, quando tive acesso à iniciação científica, disponibilizado pelo departamento de Serviço Social.

A todos os orientadores de estágio e outros funcionários cada qual com suas experiências me ensinaram sobre a realidade profissional, nos espaços externos da UFRN, na Ouvidoria Municipal do SUS na Secretaria Municipal de Saúde e no CRAS Nova Parnamirim, bem como os desafios de ser servidor público no Brasil.

Muito Obrigado!

## RESUMO

O tema que essa pesquisa desenvolve passa por dois pontos principais, que é a análise da trajetória histórica da dominação no Semiárido Brasileiro, negando a construção simbólica de que não é possível ter qualidade de vida nesse espaço. Esse discurso passa a ser questionado, depois de décadas, com os processos de redemocratização do Brasil e o fortalecimento dos espaços de organização da sociedade civil no Semiárido, negando a dominação sociopolítica e econômica e passando a ser enfrentado por uma nova perspectiva de convivência com o Semiárido brasileiro. Aliado à reflexão sobre a questão regional que expressa o modelo de desenvolvimento desigual e combinado da realidade brasileira, buscamos aprofundar a relação com a questão social imposta pelo modo de produção capitalista considerando suas expressões múltiplas e particularidades no Semiárido. É nesse contexto de persistência de desigualdades sociais e regionais que estão sendo propostas e construídas as alternativas de convivência que incluem iniciativas econômicas apropriadas à realidade natural e orientadas por lógicas de sociabilidade diferenciadas daquelas do modo de ser do capital. Percebe-se, então como necessário, o domínio sobre a categoria da Economia Solidária, na busca da compreensão de alternativas que enfrentem as múltiplas expressões da questão social. A partir dessas constatações o objetivo desse estudo é discutir e compreender como a Economia Solidária se constitui como uma estratégia de fortalecimento da convivência com o Semiárido. Desse modo, buscou-se analisar a estratégia de organização de redes de cooperação no Semiárido a partir da experiência acumulada pela Rede Xique-Xique, identificando as possibilidades de um paradigma cooperativo e das potencialidades dessa alternativa econômica e do modo de organização social ao qual está relacionado. A pesquisa teve um caráter qualitativo, fazendo uso de estudos bibliográficos e documentais tomando por base as categorias centrais de análise. Partindo de uma perspectiva histórico-crítico-dialético foi possível compreender os avanços e desafios dessa perspectiva de uma economia para a convivência considerando a busca de uma sociabilidade mais justa do ponto de vista ambiental, social e econômico, a fim de garantir os direitos sociais, e fortalecer as iniciativas que visam a autonomia da população que vive de sua força de trabalho.

Palavras-Chave: Questão Social; Questão Regional; Convivência com o Semiárido; Economia Solidária.

## **ABSTRACT**

The theme that this research develops has two main points, which is the analysis of the historical trajectory of domination in the Brazilian Semi-Arid, denying the symbolic construction that it is not possible to have quality of life in this space. This discourse has come to be questioned, after decades, with the processes of redemocratization in Brazil and the strengthening of the spaces of organization of civil society in the Semi-Arid, denying the socio-political and economic domination and being faced by a new perspective of coexistence with the Brazilian semi-arid. Together with the reflection on the regional question that expresses the unequal and combined development model of the Brazilian reality, we seek to deepen the relation with the social question imposed by the capitalist mode of production considering its multiple expressions and particularities in the Semi-arid. It is in this context of persistence of social and regional inequalities that the alternatives of coexistence are proposed and constructed that include economic initiatives appropriate to the natural reality and guided by logics of sociability differentiated from those of the way of being of capital. It is perceived, then as necessary, the dominion over the category of Solidary Economy, in the search of the understanding of alternatives that face the multiple expressions of the social question. Based on these findings, the objective of this study is to discuss and understand how the Solidarity Economy constitutes a strategy to strengthen the coexistence with the Semi-arid. Thus, we sought to analyze the strategy for the organization of cooperation networks in the semi-arid region based on the experience accumulated by the Xique-Xique Network, identifying the possibilities of a cooperative paradigm and the potentialities of this economic alternative and the way of social organization to which it is related. The research had a qualitative character, making use of bibliographical and documentary studies based on the central categories of analysis. Starting from a critical-dialectical historical perspective, it was possible to understand the advances and challenges of this perspective of an economy for the coexistence considering the search for a more just sociability, from the environmental, social and economic point of view, in order to guarantee social rights, and strengthen the initiatives that aim at the autonomy of the population that lives of its work force.

**Keywords:** Social Issues; Regional Issues; Living with the Semi-Arid; Solidarity economy.



## **LISTA DE SIGLAS**

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento contra Seca

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

PIB – Produto Interno Bruto

LCC – Líquido da Castanha de Caju

EAF – Entidades de Apoio e Fomento

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

SIES – Sistema de Informações da Economia Solidária

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

P1MC – Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais

P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01 - Principais atividades dos EES do Semiárido ..... p. 47

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
2. SEMIÁRIDO BRASILEIRO: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E DAS DESIGUALDADES REGIONAIS.....	17
2.1 Bases históricas da construção das desigualdades sociais e regionais no Semiárido brasileiro.....	18
2.2 Particularidades da questão regional e da questão social no Semiárido brasileiro no Século XXI .....	28
2.3 Novas perspectivas e estratégias de sustentabilidade no Semiárido brasileiro .....	33
3. ESTRATÉGIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UMA ANÁLISE DAS REDES DE COOPERAÇÃO.....	39
3.1. Economia solidária: em busca de novas sociabilidades em práticas de sustentabilidade no Semiárido brasileiro .....	40
3.2 Redes de Cooperação: avanços e desafios das estratégias econômicas alternativas de sustentabilidade para convivência com o Semiárido .....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS .....	66

## INTRODUÇÃO

Diante da complexa realidade nacional, faz-se necessária a compreensão do Semiárido brasileiro, considerando suas contradições e potencialidades, considerando que aquele território desperta no senso comum diversos preconceitos referentes a uma terra seca e castigada por um clima que "tornaria impossível a vida". No entanto, essa compreensão traz a percepção de que essa realidade complexa que não se resume a uma dimensão ambiental, aponta para a necessidade do fortalecimento das capacidades de resistir e de conviver, a partir de uma compreensão dos entraves de raízes estruturais, culturais e sociais que fragilizam o ambiente e a população sertaneja e, em segundo lugar, a partir dessa compreensão histórica estrutural, identificar as potencialidades e desafios que considerem a realidade natural e os objetivos da convivência.

A realidade do Semiárido brasileiro, objeto de debate dentro do espaço nacional do Brasil e cuja designação climática acaba não tendo apenas informações sobre um clima específico, como também é válido percebê-lo um espaço que contém um bioma predominante, a caatinga, habitado por seres humanos envolvidos com a realidade natural e com um complexo sistema de relações sociais, essenciais para a compreensão da realidade estudada.

Essa realidade se insere quase plenamente em uma singularidade complexa, que é a região Nordeste do Brasil<sup>1</sup>, cujas características inserem-se em um processo mais amplo de formação sócio histórica e igualmente complexo que é a realidade brasileira nos aspectos sociais e econômicos. Em sua história, num país de capitalismo periférico como modo de produção hegemônico, a sociabilidade nordestina e sua economia e política acabam se constituindo como dependentes do centro-sul, caracterizando a chamada questão regional, ou seja, das desigualdades regionais que ficaram expostas desde a primeira metade do século XX.

Essa realidade repercute diretamente na reprodução da vida da classe social que vive de sua força de trabalho, sendo historicamente excluída do acesso à renda e da terra nas estruturas iníquas da vida nacional, que é uma sociabilidade marcada pela presença das oligarquias. Sendo elas, que fundamentam seu poder no latifúndio, na

---

<sup>1</sup> O Semiárido tem a quase totalidade de sua abrangência na região Nordeste do Brasil, mas incide também no Norte de Minas Gerais. Daí a designação que adotamos de Semiárido brasileiro. No entanto, a compreensão da trajetória histórica desse território requer uma análise da questão regional que caracterizou a realidade regional do Nordeste no século XX.

cooptação do poder estatal para manutenção de seu enriquecimento e dominação da classe que vive do trabalho como consequência direta da concentração da terra enquanto habitação e meio de produção. Diante de uma realidade que produz e reproduz desigualdades a lógica do capital se insere como modo de produção e reprodução da vida social, à partir das estruturas de desigualdade que já existiam, repercutindo em fortalecimento de um modo de vida exógeno que instrumentaliza as relações humanas, e transforma a natureza em meio para reprodução do capital.

Culpada como o principal responsável por essas desigualdades nessa região, a realidade histórica das construções sociais na relação entre as classes foi “abafada”, pela narrativa do combate à seca, sendo o clima e a questão hídrica do Semiárido os principais acusados pela pobreza e “atraso” no desenvolvimento dessa sub-região, construindo um estigma de vitimização regional no discurso político das elites, tornando a questão hídrica o principal objeto de ação do Estado com base na engenharia hidráulica.

A lógica da convivência com o Semiárido, que é uma perspectiva que surge como contestação dessa narrativa que aponta como o principal causador das desigualdades sociais nesse espaço a sua realidade climática. Assim, a vida nesse espaço é discutida como possível, desde que haja iniciativa de construir um tipo de sociabilidade que fortaleça o mutualismo entre os sujeitos sociais e a realidade natural, onde ambos são beneficiados na medida em que há compreensão de limites da exploração econômica da vida natural e a possibilidade de diálogo entre a técnica e a ciência com os conhecimentos populares de quem sempre viveu nesse espaço e aprendeu a lidar com a dimensão natural da vida.

Aliado a uma perspectiva de convivência com o Semiárido brasileiro, transformando as relações sociais historicamente construídas, encontramos milhares de iniciativas de Economia Solidária que se constroem historicamente como mais uma estratégia de resistência histórica da classe trabalhadora à pressão do capital na desvalorização da força de trabalho.

Assim, a Economia Solidária, considerada a partir de uma perspectiva econômica emancipatória, cujo horizonte vai para além das formas eficientes de realizar a produção, distribuição e consumo, aponta para uma alternativa de fortalecimento da “resiliência” da classe trabalhadora no Semiárido brasileiro, trazendo à tona as diversas estratégias de cooperação, e sua interferência na mudança da realidade social mais ampla.

Nesse contexto, a convivência com o Semiárido exige uma reflexão sobre o paradigma cooperativo de estabelecimento de relações harmônicas com o meio ambiente e baseadas na justiça e na redução de desigualdades entre os seres humanos. É assim que estão sendo concebidas as estratégias de economia solidária e convivência, como alternativas construídas no chão das lutas dos movimentos sociais e no seio das comunidades que se organizam a partir da lógica da agricultura familiar associada.

Desse modo, buscou-se analisar se as iniciativas de Economia Solidária articuladas à perspectiva da convivência com o Semiárido se constituem, de fato, como estratégias de enfrentamento de expressões da questão social, fortalecendo a autonomia econômica e social frente ao conjunto de desigualdades estruturais ligadas ao modo de produção capitalista na região. Essa se caracteriza, portanto, como a principal questão da investigação. Dessa forma, buscou-se analisar se a Economia Solidária contribui para o fortalecimento não só econômico, mas também político, se constituindo como instrumento de construção de autonomia política da população sertaneja que reside no Semiárido.

Considerando essas constatações e questionamentos, o objetivo desse estudo é discutir e compreender como a economia solidária fortalece a convivência com o semiárido. Desse modo, parte-se do pressuposto teórico que há uma potencialidade dessa relação entre associativismo na lógica da economia solidária como estratégia de desenvolvimento na lógica da convivência com o semiárido, sendo analisadas as contradições inerentes não só à totalidade da sociabilidade do capital, como as dificuldades desse modo de produção alternativo, observando as particularidades locais.

Destarte alguns objetivos secundários foram desenvolvidos para subsidiar todo o percurso, sendo o primeiro analisar o entrelaçamento entre as categorias da questão regional com a questão social, considerando a historicidade e a estrutura da formação social no Semiárido e a sua atualidade. O segundo objetivo é identificar e caracterizar iniciativas de economia solidária no Semiárido, possibilitando analisar a presença de características de novas relações de sociabilidade baseadas na cooperação e na autogestão, à serviço da convivência.

O método que adotamos para análise dessa realidade foi o histórico crítico e dialético, a partir do qual foram analisadas as particularidades da vida material naquele espaço, em suas determinações considerando tanto os modos de vida social existentes

quanto os que se apresentam como alternativos em relação à lógica predominante do capital. Consideram-se, portanto as singularidades complexas em uma perspectiva mais ampla, de totalidade, de forma que as particularidades obtenham sentido nas suas inter-relações, como um todo integrado.

A perspectiva histórica é que possibilita analisar os processos que se formam nas relações sociais, que são determinadas e determinam sobre a vida social a partir dos interesses do capital. Esses mesmos interesses determinam sobre as estratégias de cooperação da economia solidária, na lógica da convivência com o Semiárido, como alternativas para acesso a renda e produção, bem como comercialização e financiamento, para quem vive no Semiárido brasileiro. Nesse Sentido o olhar histórico crítico aponta para as estruturas sociais de desigualdades que produzem a necessidade de autonomia das famílias das esferas de poder, sejam políticas ou econômicas. Será utilizada, desse modo, como a categoria de análise da realidade social a “Questão social” que leva em consideração as múltiplas determinações do modo de ser social do capital na vida das classes sociais e como isso influenciará, à partir da realidade material da vida, para discutir as condicionantes estruturais que enfraquecem a convivência com o Semiárido, e como uma perspectiva que leva em consideração a totalidade e a singularidade na análise da realidade social, à partir do concreto (das relações sociais de produção) bem como a relação do ser humano com o meio ambiente que subsidiará esta análise. Para isso será utilizado, a fim de enriquecer a discussão, a categoria vulnerabilidade socioambiental, que é vista como uma contribuição enriquecedora do conceito de questão social.

Devido às limitações temporais e materiais para realizar a análise proposta, buscou-se limitar esse estudo a análise de uma das estratégias da economia solidária no Semiárido: as redes de cooperação solidária. Assim, para subsidiar a análise fez-se um levantamento bibliográfico de um caso específico, a modo de ilustração: a Rede Xique-Xique de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar, sediada aqui no estado do Rio Grande do Norte. Utilizou-se como critério de seleção a proximidade geográfica e o acúmulo de produções acadêmicas, bem como a disponibilidade de informações documentais sobre a trajetória e funcionamento dessa rede. Além disso, percebe-se em sua trajetória e experiência prática um exemplo que traz à tona um projeto que estaria seguindo essa perspectiva da Economia Solidária como uma ferramenta na construção da convivência, segundo o paradigma cooperativo. Com

essa perspectiva exploratória, buscou-se analisar as potencialidades e deficiências daquela rede de cooperação no Semiárido.

A pesquisa teve, portanto, um caráter qualitativo, fazendo uso de estudos bibliográficos e documentais, tomando por base as categorias centrais de análise, a fim de compreender a realidade da relação entre a Economia Solidária e a Convivência com o Semiárido, considerando o pano de fundo histórico, econômico e social e ecológico caracterizado pela chamada questão regional entrelaçada às expressões da questão social com suas particularidades regionais. Além disso, serão feitas algumas descrições quantitativas de modo a reforçar os argumentos e descrever a realidade analisada nos capítulos.

Fruto da investigação realizada, este trabalho está organizado em dois capítulos de análise dos resultados, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo o esforço da análise tinha como foco a compreensão de uma análise histórica, analisando as contradições da construção das estruturas de dominação da ampla população que vive de sua força de trabalho no Semiárido Nordeste, trazendo à tona o diálogo da questão regional com a questão social. Desse modo estabeleceu-se um diálogo entre essas categorias a fim de compreender o atraso socioeconômico no Semiárido Brasileiro, a fim de desconstruir a narrativa do atraso vinculado à realidade climática, natural, trazendo à tona a realidade do questionamento do tipo de relação social que se desenvolveu nesse espaço, para a análise de uma nova perspectiva de reprodução da vida, que é a defesa da Convivência com o Semiárido, sendo expressão da Sociedade Civil que se organiza na defesa de um projeto de sociedade que aponta para a defesa da Justiça Socioambiental, transformando o paradigma de Desenvolvimento na lógica da sustentabilidade.

A partir disso, depois de defender a necessidade um novo paradigma para compreender o Semiárido Brasileiro, trazendo à tona suas complexidades, a necessidade da Convivência com o Semiárido, requer estratégias transformadoras que respondam aos desafios dessa realidade. Então o Esforço do segundo capítulo se direciona na resolução da questão que fundamenta essa pesquisa: a Economia Solidária se constitui como uma estratégia de Convivência com o Semiárido Brasileiro? A partir dessa pergunta, será analisado as repercussões da necessidade de compreender as contribuições de um paradigma cooperativo para fortalecimento da Convivência, sendo esse paradigma um caminho alternativo ao da sociabilidade individualista competitiva, fundada pelo modo de vida social do Capital. Desse modo,



buscou-se a análise das Redes de Cooperação, como uma das estratégias, segundo o paradigma cooperativo, de auto-organização que não se resume à produção, mas que remolda as relações sociais da população sertaneja que vive de sua força de trabalho, para relações mais democráticas, o que repercute na possibilidade de transformações que possam atingir a relação do Estado com a sociedade civil. Assim, para subsidiar essa análise foi utilizada a experiência da Rede Xique-Xique de Comercialização de produtos da Agricultura Familiar, como exemplo que discute todas as categorias antes analisadas sendo percebidas as potencialidades e contradições dessa alternativa econômico-solidária.

Desse modo, a importância desse trabalho reside primeiramente no incentivo à discussão da Economia Solidária e da Convivência com o Semiárido como categorias muito importantes para a discussão sobre a reprodução social da classe trabalhadora, se constituindo como estratégias de desenvolvimento sustentável, local, e que trazem sobre si a necessidade de estudos aprofundados por serem alternativas que estão em construção, sendo importantes de serem analisadas com uma observação que encara suas potencialidades de crítica estrutural ao modo de produção de riqueza social vigente, como de estratégias práticas de enfrentamentos às expressões que justificam, respectivamente essas estratégias que são: a lógica da cooperação social, numa lógica solidária em contrapartida à competição estruturante dentro do modo de produção capitalista; O discurso e ação da negação da vida no Semiárido Brasileiro que é contraposto pela lógica da Convivência com o Semiárido brasileiro.

Além disso, a divulgação do conhecimento das estratégias populares de Economia Solidária devem ser analisadas pela academia, sustentada pelos recursos públicos, gerando reflexões que buscam ser relevantes para construção de estratégias de transformações das desigualdades constantes na formação histórica do Brasil e do Nordeste, sendo as próprias produções indicadores de reflexões que necessitam ser aprofundadas.

## **2. SEMIÁRIDO BRASILEIRO: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E DAS DESIGUALDADES REGIONAIS**

A realidade do Semiárido Brasileiro é historicamente caracterizada pela forma como se deu a exploração dos recursos naturais e a concentração privada dos meios de produção e das riquezas socialmente geradas na região. Essa percepção está relacionada a uma perspectiva crítica, que enxerga o espaço do Semiárido a partir de um olhar de ruptura com o modelo hegemônico de desenvolvimento que serve aos interesses de reprodução e de acumulação de riquezas com base em adoção de medidas tecnicistas e utilitaristas que marcam o modo de ser social do capitalismo, em detrimento da realidade ambiental e das condições sociais de vida sertaneja.

Essa lógica de produção e reprodução da vida em sociedade que antecede inclusive a sua plena instauração no capitalismo enquanto modo hegemônico se insere em uma lógica de dominação ambiental, social, econômica e política. Essa perspectiva está associada a interesses particularistas de poder que se distanciam da primazia do interesse da maioria da população, ou seja, de um desenvolvimento que tem como finalidade o bem estar social da população sertaneja que historicamente resiste e tenta conviver no Semiárido. Dessa forma, a afirmação de interesses empresariais modernos ou oligárquicos contribui para um desenvolvimento profundamente desigual, a exemplo da concentração fundiária com 51% dos estabelecimentos agropecuários possuindo até cinco hectares e ocupando apenas 3,4% da área agrícola total, conforme constatado no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2007).

Como avalia Silva (2010), essa perspectiva modernizadora da noção de desenvolvimento é marcada por um agir pragmático e imediatista na sua lógica de ocupação e exploração dos espaços naturais, tendo marcas que apontam para dependência da população que sofre com a ausência de autonomia política, econômica, e cultural. Essa lógica reforça um modelo de desenvolvimento planejado e imposto sem um caráter relacional, que não pergunta “o que esse povo quer?” ou sobre “quais as diretrizes de desenvolvimento para melhorar as condições de vida da população local?”, reforçando o caráter autoritário do Estado e reproduzindo as desigualdades socioeconômicas, conforme analisaremos neste capítulo.

## **2.1 Bases históricas da construção das desigualdades sociais e regionais no Semiárido brasileiro**

A discussão do desenvolvimento no Semiárido brasileiro deve se dar a partir de sua realidade socioeconômica, política, cultural e ambiental, ou seja, diante das suas complexidades e particularidades locais, considerando também a sua integração ao contexto nacional e global, permitindo perceber sua articulação com as dificuldades reais de ordem socio-histórica que impendem um desenvolvimento justo do ponto de vista social e ambientalmente sustentável. Com essas ausências nas análises, a esfera natural da vida (a terra e o clima) vem sendo culpabilizada pelo discurso de que as irregularidades climáticas são o principal problema desse espaço.

Diante disso, é necessário fazer um aporte do desenrolar histórico da constituição da sociabilidade bem como da forma de exploração econômica no Semiárido que, desde a ocupação colonial, assumiu um caráter subserviente e complementar ao sistema que era mais rentável para a colonização, sistema esse que se baseava em agricultura para exportação totalmente voltada ao mercado externo, estruturado no litoral e marcado por um cultivo de cana de açúcar em grandes quantidades de terra, utilizando mão de obra escrava indígena e africana.

A economia do Semiárido nordestino se constituiu como uma base de suporte à economia litorânea, cujo território se baseava em um espaço de produção que era essencialmente uma policultura de subsistência para produção de alimentos e fazendo uso da pecuária extensiva para manutenção da economia de *plantation*. Isso motivou um processo violento de imposição de uma forma de fazer economia europeia, como reflexo do agir colonial, na iniciativa portuguesa a um povo que vivia no Brasil a partir de uma postura nômade, coletivista e comunitária, nativa do território.

O complexo econômico do Nordeste foi imposto como alternativa de modo de vida social, se constituindo à partir de uma negação da convivência que impunha aos povos originários e, mais tarde, à mão de obra africana, a exploração da força de trabalho, criando a base da cultura do açúcar, como analisa Furtado (1979 apud SILVA, 2010). Porém esse sistema econômico funcionava a partir de uma base que o sustentava, que era a pecuária no Sertão e no Agreste, de modo que mesmo em períodos de crise, havia uma relação de suporte econômico, sustentando essa economia regional, isso em momentos de crise não só interna, bem como nas provocadas pelas turbulências do mercado externo.

Foi no século XVIII que se consolidou a concentração das terras do Semiárido nas mãos de latifundiários, concedidas pela coroa que via vantagens no investimento dos recursos em terras “ociosas” para enriquecimento da colônia. No entanto esse processo se deu à custa do extermínio da cultura indígena que ao perder espaço no litoral e de seu modo de vida, passa a perder também no Sertão.

A ocupação do Semiárido ocorreu com a implantação das grandes fazendas de gado para o fornecimento de carne, couro e animais de tração às áreas produtoras de cana de açúcar; e , posteriormente, para as áreas de mineração. Articulada à atividade de criação, surgiu a da produção de charque, uma carne seca e salgada que faz parte da culinária nordestina. (SILVA, 2010, P. 37)

Desenvolve-se, pois, a “cultura do charqueado” trazendo aos criadores de animais bastante dificuldade diante das secas periódicas que no século XVIII e XIX, acompanhado de uma ação estatal pouco efetiva, o que levou à necessidade da produção de uma agricultura para a subsistência, o que dificultava o abastecimento da população sertaneja.

Apesar disso, segundo Silva (2010), com a guerra de secessão e independência dos Estados Unidos, houve uma demanda forte no mercado externo por algodão, o que trouxe para o Nordeste uma produção relevante economicamente, apresentando-se inclusive como um dos principais fornecedores do país. Essa cultura era vista, a princípio, como uma “força civilizadora” e como a “cultura do pobre”, de modo que houve um espaço de expansão de uma produção conjunta, sendo a produção aliada, a agricultura de subsistência, se desenvolvendo sem alta concentração de capital. No entanto, segundo Silva (2010) os grandes latifundiários viam essa situação como oportunidade de lucro, o que provocou mais à frente uma grande exploração dos pequenos produtores, devido á ausência de financiamento estatal para o pequeno produtor, afinal era necessário algum subsídio nas entressafras ou de um intermediário comercial que suprisse as dificuldades de capital de giro da produção. Esse produto transformou a economia regional em um grande algodão, que se organizava no século XIX e XX, proporcionando inclusive a organização de indústrias têxteis que em 1915 já existiam a partir da cultura do algodão, empregando mais de 20 mil operários, em 47 empresas do nordeste, segundo Neto (1989 apud SILVA, 2010, p. 39).

Havia um desenrolar de uma estrutura de dominação econômica no sertão que promovia o crescimento de vilas e cidades a partir das relações de máxima exploração

do trabalho no campo. Os períodos prolongados de estiagem ocorriam em um contexto no qual as oligarquias rurais promoviam verdadeiras batalhas pelas sesmarias, ao mesmo tempo em que a forma como o capitalismo comercial se estruturou retirando o excedente do mercado interno regional para outros polos, provocando um desenvolvimento econômico e social desigual entre as regiões do Brasil e dentro da própria região, promovendo disparidades enormes de qualidade de vida entre os pequenos produtores e as oligarquias regionais que se utilizavam do discurso da seca e suas repercussões para se apoderar de estruturas e subsídios governamentais.

A forma predominante nas relações de produção desse período caracterizava-se como uma relação de servidão estabelecida entre moradores, meeiros e grandes proprietários de terras. Nesse contexto, com o crescimento populacional e o aumento da exploração econômica, agravaram-se as calamidades durante as secas, forçando o governo imperial a buscar ações de caráter mais “científico”, centrado na engenharia de construção de açudes e com os estudos climáticos iniciais. Buscava-se agir de forma efetiva contra a seca, mas o que se desenrolou foi o fortalecimento desigual do poder que se concentrava num beneficiamento patrimonialista aos grandes proprietários de terras que numa estrutura algodoeira-pecuarista impunham seu controle econômico e sociopolítico.

Nesse espaço, foi fortalecida uma lógica de intervenção estatal que tinha como objetivo interferir na realidade regional, mas que, na prática, não negava as estruturas desiguais existentes. Essa lógica foi definida por Oliveira (1981) como de um “Estado Capturado”, ou seja, de um agir governamental que ao invés de fortalecer o desenvolvimento social, a emancipação dos sujeitos sociais e a regulação das desigualdades advindas das iniciativas privadas, faz o oposto, operando na negação dessas categorias e à serviço das velhas estruturas que transferem os recursos públicos para os coronéis e aos que estão a eles associados. Nesse espírito, o IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas), transformado em IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas) e no DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), criados na primeira metade do século XX, foram utilizados como centros de pesquisa e de fomento de intervenção estatal, com base nas ações emergenciais e nas obras hidráulicas (algumas delas faraônicas) de combate a seca e aos efeitos da seca.

A ação do DNOCS revestiu, nas secas ou nas "emergências", como são denominadas as épocas em que a intensidade da irregularidade se agrava, formas típicas de uma acumulação primitiva. Recrutava-se a mão-de-obra desocupada pela estiagem, *apenas depois* que os magros recursos de pequenos sítiantes, meeiros, parceiros, haviam-se esgotado em duas ou três semeaduras, à espera das chuvas, e empregava-se na construção das barragens e das estradas; o pagamento dessa mão-de-obra dava-se, na maioria das vezes, sob a forma de espécie, isto é, fornecendo-se os alimentos - farinha, feijão e a indefectível carne- seca, esta nem sempre presente -; os resultados desse trabalho concretizavam-se *nas barragens feitas nas propriedades* dos grandes fazendeiros e nas estradas, *às vezes estradas privadas* no interior dos grandes latifúndios. (OLIVEIRA, 1981, p. 55)

Desse modo, à partir de uma estrutura de cooptação do Estado para interesse privado, aumentava um processo que denominado pelo autor citado como acumulação primitiva, onde a dominação de classe se dava com apoio institucional. Desse modo, restava à classe social que vivia do trabalho a dependência em relação a essa grande estrutura política criada e mantida para a reprodução econômica, como uma verdadeira "indústria da seca", onde a retórica do flagelo natural servia como estratégia de atração de recursos públicos para ações pontuais de enfrentamento aos efeitos da seca, sempre gerando dependência regional e um desenvolvimento desigual e concentrado nas oligarquias sertanejas que mediavam as ações estatais.

Desse modo a indústria da seca se constituía como um mecanismo de fortalecimento econômico que exigia uma estrutura política autoritária para controle dos recursos que eram adquiridos pelos coronéis do sistema algodoeiro e pecuário que tinham sobre seu domínio a força de trabalho cada vez mais precarizada economicamente e dependente politicamente. "As "emergências" criaram outra forma de enriquecimento e de reforço da oligarquia: não apenas os eleitores reais dos "coronéis" tinham prioridade para engajamento nas frentes de trabalho, como os eleitores-trabalhadores-fantasmas pululavam" (OLIVEIRA, 1981, p. 55). Tal situação não impedia que revoltas acontecessem, mas cujo poder de transformação da realidade, logo era reprimido pelo Estado através da estrutura policial.

Era bastante visível, a ação interventiva do Estado no desenvolvimento regional do Nordeste e no Semiárido à partir da lógica de combate à seca, onde foram utilizadas diversas estruturas para lidar de forma emergencial com essa realidade, que repercutia na economia. Mas, no fim dos anos 50, durante o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek, diante de mobilizações sociais na região, surge uma nova perspectiva com a criação de um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo economista Celso Furtado, que fez um novo

diagnóstico da realidade do Semiárido brasileiro. O relatório final do Grupo (Brasil..., 1959) trouxe a perspectiva de que o desenvolvimento econômico regional precisava ser reformado no que se refere a passagem para uma ótica modernizadora e que evoluísse para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Segundo essa lógica institucional, a ação do Estado deveria focar suas ações na infraestrutura hídrica e que era pouco eficaz em relação ao fortalecimento da capacidade de resistência da população local. As políticas de combate à seca precisavam ser substituídas por uma ação interventiva estatal através de investimentos no agricultor familiar, tornando-o independente de uma produção para a subsistência, viabilizando sua inserção numa perspectiva moderna de desenvolvimento e, desse modo, os impactos da seca, seriam amenizados.

Foram criticadas as ações estatais ao lidar com a seca, de acordo com a tese de que não eram suficientes se não enfrentassem a fragmentação ou a ausência de integração desta com as demais dimensões do desenvolvimento regional. Essa perspectiva atraiu o interesse de multinacionais e empresas capitalistas de modo geral por seu discurso industrial e modernizador da economia. No entanto, essa posição inicial da SUDENE também conciliava com uma alternativa reformadora da região, com uma perspectiva de redução de desigualdades regionais orientada por maiores chances de reprodução social e de resistência aos impactos da seca, contradizendo os interesses oligárquicos, gerando uma oposição em âmbito regional.

Com o advento da ditadura civil militar, em 1964, o Estado tem se posicionado na região como um "instrumento" de apoio à modernização capitalista, sempre atuando numa lógica que favorece interesses minoritários, com o antigo padrão de conservação das estruturas sociais. Houve, assim, um projeto de modernização tecnológica restrito a algumas atividades e polos regionais, porém mantendo intactas as raízes que sempre geraram uma economia pouco dinâmica na região, apostando na modernização do latifúndio a partir de uma estratégia de agricultura irrigada, de fomento ao crédito, de assistência técnica e de infraestrutura em benefício dos grandes proprietários, deixando os pequenos produtores relegados às estratégias paternalistas de socorro emergencial nas secas prolongadas.

Desse modo, o padrão de modernização com a conservação do arcaico, significou uma escolha de acumulação de capital que não levou em consideração os impactos amplos à nível social, de modo que a dinamização econômica que gerou futuramente o crescimento do PIB na região, não gerou um processo de distribuição

equitativa de acesso aos meios de produção na população, agravando as desigualdades sociais e fortalecendo a dependência econômica. Essa estrutura justifica a geração das futuras “ilhas de modernidade em um sertão de pobreza” (ARAÚJO, 2000). Aos pequenos produtores longe do acesso às mesmas estruturas de fortalecimento econômico das elites, restava a economia de subsistência com a pequena pecuária e a produção de algodão, atividades que dependiam da dinâmica artificial do mercado e das intempéries naturais climáticas e hídricas no Semiárido brasileiro.

No caso do semi-árido, a crise do algodão (com a presença do bicudo e as alterações na demanda, no padrão tecnológico e empresarial da indústria têxtil modernizada na região) contribuiu para tornar ainda mais difícil e frágil a sobrevivência do imenso contingente populacional que habita os espaços dominados pelo complexo pecuária/agricultura de sequeiro. No “arranjo” organizacional local, o algodão era a principal (embora reduzida) fonte de renda monetária dos pequenos produtores e trabalhadores rurais desses espaços nordestinos. Na ausência do produto, esses pequenos produtores são obrigados a levar ao mercado o pequeno excedente da agricultura alimentar tradicional de sequeiro (milho, feijão e mandioca), uma vez que a pecuária sempre foi atividade privativa dos grandes proprietários locais. (ARAÚJO, 2000, p.13)

Contrastando com essa realidade, segundo Silva (2010) nas últimas décadas do século XX, houve um significativo fomento do Estado ao modelo de modernização regional com foco na industrialização no Nordeste, na geração de energia e na agricultura irrigada de frutas e grãos na porção semiárida. O desenvolvimento tecnológico e investimentos em infraestrutura produtiva possibilitou a dinamização econômica, gerando expansão no mercado interno e atendendo aos anseios dos mercados externos, ou seja, com a submissão do desenvolvimento à uma demanda puramente mercadológica. Os estudos de Araújo (1997) apontam que em 1960 e 1997, o Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste registrou crescimento real acumulado de 463,3% contra 363,5% apresentado pela média nacional. Com isso, conforme a autora, o PIB regional passou de US\$ 22,9 bilhões em 1960, para US\$ 173,9 bilhões no ano de 1999, alterando sua participação em relação ao PIB brasileiro de 13,2%, em 1960, para 17,1%, em 1999.

A dinamização da economia não foi acompanhada de uma melhoria semelhante nos indicadores sociais, ou seja, o crescimento econômico deu-se de forma concentrada demonstrando a necessidade de um questionamento estrutural que justifica o fomento de uma economia dinamizada, mas que não traz desenvolvimento amplo a nível social, trazendo à tona a discussão sobre justiça social.



A concentração de terras cresceu entre 1970 e 1985 e permaneceu praticamente intocada segundo dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2007), demonstrando a repercussão da concentração dos meios de produção inerente ao modo como se deu do ponto de vista estratégico em torno de uma lógica de crescimento econômico, a nível nacional, sem questionar as estruturas de reprodução das desigualdades regionais e sociais. O Estado também não adotou políticas públicas de intensa participação popular, construídas de forma democrática, a fim de atender às demandas amplas da sociedade nordestina, levando em conta as estruturas sociais.

É partindo dessa lógica regional desigual do desenvolvimento que Manuel Correia de Andrade (1993), avalia que o processo de modernização conservadora que se desenvolveu desde a ditadura militar, através de órgãos que tinha uma postura reformista, mais crítica das estruturas, como a SUDENE, se entrega a um agir conservador na intervenção Estatal, ou seja, reiterando o que foi antes desenvolvido, a lógica de desenvolvimento que prioriza o uso de recursos para combate aos efeitos da seca, sem questionar as estruturas de desigualdades regionais, e da formação socioeconômica geram avanços na geração de riqueza, mas conservam as estruturas que impedem a desconcentração do desenvolvimento. E por essa lógica de desenvolvimento estar amparada em um agir exploratório dos recursos naturais atinge de forma predatória o espaço natural, sem ter em vista a dimensão sustentável desse processo, sendo citado no seguinte exemplo:

O Estado praticamente abandonou os projetos de colonização com trabalhadores rurais, implantados na primeira fase da SUDENE, e passou a incentivar e subsidiar os projetos agropecuários nas áreas em povoamento do sul do Piauí, do oeste do Maranhão e da Bahia, que provocavam a destruição da vegetação de cerrado e da caatinga; a poluição dos rios e do desalojamento e violento das famílias de agricultores posseiros. Nas áreas de irrigação, o Estado também aplicava volumes significativos de recursos públicos, beneficiando grandes grupos econômicos, em detrimento de pequenos produtores. (SILVA, 2010, p. 130)

Desse modo, torna-se perceptível que um projeto que busca modernizar o território do Semiárido brasileiro, sem levar em conta as particularidades desse espaço é não apenas produto de uma lógica operativa desigual do desenvolvimento regional, gerando uma questão socioambiental, mas também aponta para a hegemonia de um modo de fazer economia e promover desenvolvimento que prioriza o lucro e a acumulação de capital, nem que para isso se relativize a dimensão ambiental e a

reprodução da vida social de quem lá vive no presente, bem como das futuras gerações. Trata-se de um agir pragmático e imediatista da transformação do bioma da caatinga, que acaba repercutindo na poluição dos solos e dos mananciais hídricos, com repercussões mais profundas nas expressões da questão social, na apropriação da riqueza produzida pela sociedade, gerando pobreza e grandes desigualdades sociais.

Tendo em vista esse percurso histórico trazido até então, podemos explorar no presente alguns aspectos da economia regional, sobretudo, sobre algumas das atividades desenvolvidas no Semiárido atualmente, seguindo a mesma lógica exploratória, modernizante e conservadora do desenvolvimento. Essas iniciativas necessitam ser lidas considerando suas contradições, sobretudo das desigualdades entre as classes sociais fundamentais, ou seja, identificando avanços e retrocessos no que se refere à qualidade de vida e os impactos na dinâmica social.

Atualmente a fruticultura exerce papel importante para a economia do Semiárido, inclusive na criação de empregos e geração de renda. Vidal e Ximenes (2016) trazem que a região tem condições climáticas relacionadas à luminosidade que colocam essa região com um potencial e efetividade competitiva em relação a outras regiões e que, aliado aos projetos de irrigação, proporcionou para o setor que concentra mais capital, estruturação tecnológica e conhecimento de mercado, possibilitando um bom desempenho do setor de produção de frutas. Desse modo, o Nordeste estaria responsável por 27% da produção de frutas do país, cultivando, coco, manga, goiaba, mamão, manga, maracujá, abacaxi e melão.

O fomento à pesquisa na região tinha a intenção de alcançar maior independência tecnológica e na produção de insumos que são advindos de outras regiões e países. A Embrapa foi fundamental para o desenvolvimento no vale do São Francisco de uma produção de frutas, inclusive algumas que tinham maior foco em climas temperados, como a uva, maçã e peras (VIDAL; XIMENES, 2016). O experimento com Maçãs em Tianguá, no Ceará, por exemplo, é bastante ilustrativo, no que se refere ao sucesso produtivo: diferente de outras regiões de clima mais frio, a planta não passa por um estágio em que não dá fruto como mecanismo de proteção natural do frio, mas de mês em mês dá seu fruto com muito vigor.

Por outro lado, segundo os autores citados anteriormente, a fruticultura de sequeiro seria característica do pequeno produtor rural, que teria dificuldades não só com os intermediários no âmbito comercial, como no acesso ao arcabouço técnico para

cultivo de determinadas culturas. No Semiárido, diante das estiagens, a cultura do caju, por exemplo, acaba por se apresentar como importante à sua sobrevivência nos períodos mais secos se configurando como segurança econômica, diante da crise de outras culturas, mesmo, enfrentando desafios relativos ao aproveitamento do potencial da cajucultura que, segundo Vidal e Ximenes (2016), é uma produção que negligencia a comercialização do pedúnculo, priorizando apenas a venda da castanha do caju. Em linhas gerais, percebe-se a importância da cultura do caju em todo o nordeste, “o Nordeste responde por 98,1% da produção nacional da castanha de caju; em 2015, a Região produziu 100.578 toneladas. O Ceará é o maior produtor nacional com 50,9% da produção nacional” (VIDAL; XIMENES, 2016).

A cajucultura, dentro da fruticultura no Semiárido, foi bastante incentivada como uma cultura resistente aos períodos de estiagem e se desenvolve em toda região como uma cultura relevante para a renda da população devido ao suco que é retirado do pedúnculo do caju, e principalmente por causa da castanha, que além do seu uso comestível, oferece também um líquido (LCC) usado para diversos fins, dentre os quais “revestimentos, isolantes elétricos, plastificantes para borracha, reveladores fotográficos, tintas e etc.” (VIDAL; XIMENES, 2016).

Segundo esses autores também existem deficiências que atingem o processo produtivo ligados à baixa produtividade de cajueiros antigos e principalmente relacionadas à assistência técnica e aos baixos preços da castanha ao produtor, ou seja, a produção dá sinais de descrédito na produção diante das dificuldades relacionadas ao clima e ao devido amparo técnico que repercute da produção à comercialização. As dificuldades da produção autônomas de incentivos, aliadas as dificuldades inerentes à própria produção, tem levado a certa estagnação, fazendo com que a competição se acirre e impacte o mercado externo (incentivado pelo Estado) e internamente a oferta de castanha, que na região não supre a demanda.

Porém é necessário reconhecer que nas produções de sequeiro há também um caráter social, devido a esse tipo de produção ser mais forte na agricultura familiar, mas que enfrenta grandes dificuldades na pequena produção em períodos de estiagem, o que segundo Vidal e Ximenes (2016), está relacionado à falta de amparo tecnológico e diante da necessidade da irrigação contínua, demonstrando a necessidade do investimento. Nesse tipo de atividade predomina a troca comercial intraregional, sendo o mercado externo mais exigente, focando sua demanda na produção de fruticultura irrigada, a exemplo do melão produzido no Rio Grande do

Norte e no Ceará. Mas, a quebra da safra de castanha, afeta toda a cadeia dessa produção, de modo que a queda do valor dessa cultura, ou da redução da oferta provoca demissões nas indústrias processadoras, no aumento do custo de produção, natural dentro do modo de produção capitalista, onde o aumento do custo do capital constante influencia na diminuição do capital variável. Desse modo, os autores entendem como necessário um incentivo creditício presente diante da realidade climática instável do nordeste, no que se refere a quantidade de tempo de prolongamento das estiagens. Mas entende-se também que não se pode excluir a sua importância econômica desvinculada de seu papel social, assim, o autor entende que a presença do Estado é importante, mas sempre analisado à partir de um horizonte emancipatório para o pequeno produtor.

Outro setor que merece ser considerado no percurso econômico do Semiárido é a pecuária leiteira e de corte que se constituiu como elemento fundamental de ocupação e formação de espaço com as grandes fazendas para criação extensiva de gado. Segundo estudos mais recentes, percebem-se as dificuldades nessa atividade enquanto uma atividade econômica rentável. Ximenes (2016) destaca que “a sazonalidade e os baixos rendimentos produtivos e econômicos da pecuária no Semiárido devem-se principalmente ao manejo nutricional, além da quantidade e qualidade da alimentação ao longo do ano.” Além disso, o autor destaca que apesar das particularidades, do Semiárido, existem zonas potenciais no que se refere à pecuária de corte, e como estratégia de convivência nesses períodos de estiagem, de redução do rebanho. Mesmo assim, o autor destaca que, por mais que não haja um nível de “vocação” competitiva com as outras regiões, há um papel principal de fornecimento de bovinos para os matadouros municipais, destacando sua importância   nível intrarregional, para a economia. Nesse contexto, permanecem as desvantagens para os pequenos produtores em rela o aos grandes e médios, devido ao maior nível de gestão e de investimentos, para dar resposta às demandas mercadológicas.

Hoje em dia, outros segmentos devem ser considerados como potenciais para o desenvolvimento econômico no Semiárido. Um deles que demonstra sinais de elevada rentabilidade econômica   o da gera o de energia. Desde a constru o da usina de Paulo Afonso, na divisa da Bahia com Pernambuco, que o Semiárido destaca-se como área produtora de energia com grandes hidrelétricas, sendo a maior delas a de Sobradinho. O Brasil tem uma peculiaridade que suas fontes geradoras de energia são consideradas limpas no que se refere   gera o de resíduos, se comparado com

outras fontes de energia como a termoelétrica e a nuclear. No entanto, não se pode perder de vista o caráter contraditório dessa geração de energia “limpa”, uma vez que há impactos ecológicos na construção de barragens, repercussões essas que atingem a fauna e flora do local que será completamente reestruturado para a construção das barragens, além de impactos sociais para populações ribeirinhas que por vezes são levados a se deslocar de suas moradias.

Mais recentemente, está sendo explorado o potencial do Semiárido para as energias renováveis, com destaque para a forte expansão da energia eólica ocupando espaços em diversos territórios. Na atualidade, a discussão da energia solar emerge como mais uma fonte geradora de energia, devido aos níveis de radiação solar serem mais intensos, comparado a outras regiões do país, o que, segundo Bezerra e Santos (2016), pode ser utilizado como favorável, se constituindo como projeto tecnológico interessante para região. Os autores enfatizam que o Semiárido nordestino, diante de padrões técnicos de insolação, apresenta os melhores números em níveis de radiação do Brasil, sendo o Norte do Estado da Bahia, próximo à fronteira com o Piauí (valor máximo de irradiação de 6,5 kWh/m<sup>2</sup>), isso combinado com uma área de baixa precipitação (300 mm/ano) e com baixa cobertura de nuvens, o que torna essa região naturalmente atraente para essa forma de geração de energia. Mesmo assim esses projetos inovadores reproduzem a mesma lógica da concentração e da centralização dos investimentos em grandes empreendimentos, deixando à margem do processo a maioria da população sertaneja. É a partir dessas constatações de construção e de reprodução das desigualdades que podemos compreender o entrelaçamento da questão regional com a questão social no Semiárido brasileiro na atualidade.

## **2.2 Particularidades da questão regional e da questão social no Semiárido brasileiro no Século XXI**

Apesar de alguns avanços sociais e econômicos no Semiárido, enquanto espaço territorial inserido na engrenagem da expansão capitalista brasileira, ressalta-se a continuidade e a atualidade da questão regional como fator importante à ser analisada para compreensão de uma realidade histórica que interfere na realidade humana.

A questão regional é um fator essencial na análise crítica da realidade socioeconômica no Semiárido. Conforme Andrade (1993, p. 59) a desigualdade regional do desenvolvimento é uma realidade, sendo constitutiva do processo desigual

e combinado de expansão do capital em âmbito global. Em diversos países do mundo o processo de expansão e diversificação econômica concentrado em áreas mais dinâmicas é uma estratégia locacional de atração de investimentos do capital, sendo tratada nas políticas públicas como prioridade nacional, mas que repercute em subordinação econômica na relação entre aquelas regiões que são mais e menos desenvolvidas, o que cria uma dinâmica de competição no espaço nacional. Essa realidade reflete diretamente nos rumos da lógica do desenvolvimento, ou seja, o padrão de priorização da esfera econômico-social faz com que “campeões regionais” sejam eleitos, e outras regiões tenham uma economia subordinada. Este é o cerne da questão regional.

Em meados do século XX essa se tornou uma das marcas da realidade do Nordeste, região estagnada economicamente, que passou a exercer um papel complementar e subordinado de fornecimento de mão de obra pouco qualificada e de matéria prima para as regiões mais dinâmicas se desenvolverem, ao mesmo tempo em que transferia divisas para o Centro Sul do Brasil como região consumidora de produtos industrializados com maior valor agregado, gerando uma realidade iníqua de desigualdade nacional.

Em um segundo momento, o mesmo ocorre dentro da própria região Nordeste, segundo Araújo (1997; 2000), quando se compara a dinâmica de industrialização a partir dos anos 1970 concentrada nas áreas próximas às zonas úmidas do litoral e a região semiárida estagnada, a não ser pela presença de alguns setores que se modernizaram a partir da iniciativa privada incentivada pelo Estado. Para a autora, essa realidade expressa uma fragmentação intrarregional, onde a concentração de poder econômico se resume à iniciativa privada moderna que atende às demandas do mercado extra regional, enquanto que outros espaços continuam estagnados, o que traz à tona a necessidade de interferência Estatal, para desconcentração do desenvolvimento.

Esse processo gera verdadeiros resíduos sociais, onde a dimensão regional se relaciona com a questão social<sup>2</sup>, considerando as particularidades da realidade

---

<sup>2</sup> Compreendemos a questão social no capitalismo, conforme Yamamoto (2004, p. 11), como a realidade da não dissociação entre a produção material da riqueza social e a realidade da reprodução de um tipo de sociabilidade que estaria à serviço desse tipo de produção, que não se restringe à reprodução das necessidades econômicas, mas que possui determinações (não como um reflexo, mas dialético, recíproco) inclusive nas relações sociais dentro da sociedade, sendo expresso na relação entre as classes sociais fundamentais; a classe social que vive do trabalho, e a classe social que detém os meios de produção e reprodução social. A forma como a riqueza produzida se concentra e desconcentra gerando diversas implicações na realidade social seria denominado de Questão social.

brasileira. Esse imbricamento entre questão social e questão regional permite observar que, no processo de subordinação das regiões aos interesses da acumulação do capital, a classe social que vive da venda de sua força de trabalho, seja rural ou urbana, estaria sendo transformada em capital variável na relação de produção, repercutindo em expressões amplas na realidade da produção nacional. Desse modo, não é só riqueza que a sociedade estaria produzindo, de forma mais vantajosa, onde ambas as regiões se relacionam de modo a trazer maiores vantagens econômicas para a realidade nacional, e proporcional aos bens que cada espaço sociopolítico tem a oferecer, mas a constituição de relação desigual onde uma região suplantaria o desenvolvimento da outra, numa espécie de relação parasitária e não de desenvolvimento mútuo. Isso criaria o mito do “Nordeste, um fardo pro Centro-Sul”.

As implicações na vida social são relacionadas ao cotidiano da classe social que vive do trabalho que se transforma em um dado econômico dentro desse processo produtivo. É importante ressaltar que o empresariado regional seria atingido, pela questão regional, uma vez que a relação positiva do estado, na priorização do desenvolvimento na lógica de incentivo à produção, nas suas variadas expressões, seria diminuída, havendo uma disputa com regiões mais dinamizadas. No entanto, a profundidade dos impactos para a maioria da população é que aponta para as implicações macrossociais, o que incide nos mais diferentes indicadores relacionados à qualidade de vida e acesso a serviços públicos de qualidade, afetando desde o consumo até a arrecadação pública local, que gera serviços essenciais à população.

Além disso, há uma interferência clara na vida familiar, nos modos de vida de quem se constitui no espaço em que vive essa população, que tem uma cultura própria construída na relação com o meio social, uma forma de se relacionar, de conviver com a natureza, uma forma de criar símbolos, e ver nesses símbolos significado existencial, identidade e inclusive devoção. Além disso, a própria esfera da produção econômica na lógica familiar que não prioriza a acumulação progressiva para crescimento de capital, mas que enxerga na partilha e na satisfação das necessidades básicas uma alternativa de vida possível e desejável.

Verifica-se então o encontro da questão regional com a questão social que traz à tona a discussão sobre a lógica do desenvolvimento refletindo a realidade da luta das classes sociais em relação à apropriação da riqueza socialmente produzida, sendo isso expresso também na relação entre o Estado e a sociedade civil, encarando a realidade da questão social no capitalismo enquanto modo de vida social.

A análise sócio-histórica do Semiárido deve demonstrar os dados referentes à qualidade de vida, ao desenvolvimento humano, entre outros indicadores ou expressões da questão social que não podem ser dissociados da redistribuição da riqueza socialmente produzida. É preciso refletir sobre a forma desigual e combinada de expansão capitalista que orienta uma lógica de atuação dos Estados nacionais no enfrentamento das desigualdades internas, com a priorização da concentração de desenvolvimento em regiões específicas em detrimento de outras.

No caso do Semiárido brasileiro, mesmo tendo ocorrido importantes mudanças em alguns dos indicadores econômicos e sociais, permanece a questão regional “não resolvida”. Para compreender essa realidade faz-se necessária uma rápida visão panorâmica das particularidades sociais do Semiárido.

Considerando as Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene<sup>3</sup> de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017, atualmente o Semiárido Brasileiro é composto por 1.262 municípios localizados nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Esses municípios se caracterizam, na sua maioria, como de pequeno porte, com **39%** deles tendo até 10 mil habitantes e apenas 29% com mais de 20 mil habitantes (IBGE, 2018). Naqueles municípios vivem mais de 24,2 milhões de pessoas, sendo que cerca de 38% reside em áreas rurais, ou seja, mais que o dobro da média nacional que é de 15,6%, segundo estimativa do IBGE.

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD et al, 2013), em 2010, a média do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios (IDH-M) do SAB era de 0,59 (considerado “baixo IDH”), um pouco abaixo da média da região Nordeste (0,66) e mais de 14 pontos menor que a média nacional, de 0,73, considerado “alto IDH”. Do total de municípios do SAB, 55% possuem “baixo IDH” conforme os parâmetros adotados pela ONU. Porém esse indicador melhorou significativamente entre 1991, quando era de 0,29, passando para 0,42, em 2000 (ambos considerados na faixa de “muito baixo IDH”).

Mesmo com essas melhorias em indicadores sociais, os municípios do Semiárido brasileiro apresentam índices muito distantes das medias regionais e nacionais, sobretudo quando comparamos com as regiões Sul e Sudeste do Brasil que concentram a maior parte das riquezas. O Atlas do IDH-M (PNUD et al, 2013) permite ter uma visão panorâmica dessas contradições de vida população sertaneja do SAB. A

---

<sup>3</sup> <http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>



esperança de vida ao nascer, por exemplo, no SAB é em média de 70 anos, abaixo da nacional, que chega a 73,9 anos, embora as maiores distâncias se encontrem em relação aos estados do Sul e do Sudeste, com quase 76 anos, e do DF que é superior a 77 anos. Da mesma forma, nos municípios do SAB a média da mortalidade infantil até 1 ano de idade é de 26 crianças para cada mil nascidas vivas, acima a taxa nacional de 16,7, muito distante da taxa da Região Sul, entre 12 e 13 por mil crianças nascidas vivas, ou seja, a metade do indicador de mortalidade infantil no Semiárido. Em resumo, aqui vive-se menos e a chance de não viver é mais que o dobro do que temos em algumas outras unidades da Federação. Se conseguir viver, a chance de não ter acesso à educação é bem menor no SAB do que em outras regiões, considerando que a taxa de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais no SAB é de 27% enquanto no Brasil é de 9,6% e na região Sudeste 6,2%.

Os dados acima explicitados demonstram as diferenças regionais na atualidade como resultado de um processo profundo de desenvolvimento desigual, o que repercute diretamente na dimensão ampla que podemos observar quando nos apropriamos de forma crítica das particularidades de cada realidade. No caso do Semiárido brasileiro, uma das particularidades é a da irregularidade pluviométrica, com a ocorrência periódica de longas estiagens que causam os flagelos da seca. Durante séculos as vulnerabilidades socioambientais foram relacionadas e justificadas a partir desse fenômeno natural, ou seja, da culpabilização da natureza.

Falar de vulnerabilidade socioambiental dissociada das relações sociais que se estabelecem entre as classes sociais no capitalismo é desconsiderar que a posição dos sujeitos na esfera de produção repercutirá em acessos diferentes à riqueza produzida e a diferentes meios de seguridade social, sendo disponibilizados majoritariamente pelo mercado ou pelo Estado. O acesso ao emprego, à renda, à habitação e à saúde, por exemplo, são determinantes para reprodução da vida em sociedade e da vida humana nas suas múltiplas dimensões. Desse modo, é necessário compreender a vulnerabilidade não apenas como situação temporária, que é tratada e resolvida apenas pelo acesso emergencial a frentes de trabalho e de obtenção de alimentos ou mesmo de uma renda temporária, como a forma de tratamento adotada para combater os efeitos das secas.

É preciso considerar a dimensão estrutural da “Questão social” que amplia a compreensão para além da vulnerabilidade, segundo Iamamoto (2004), com uma determinação que parte desde a historicidade da produção da riqueza social atual, até

as repercussões na vida em sociedade. Desse modo a abordagem histórica e dialética é fundamental para a compreensão das estruturas de desigualdade na singularidade do Semiárido, apontando inclusive, para um tipo de apropriação da natureza de maneira predatória que é um dos componentes de reprodução da extrema pobreza na região. Ou seja, considerando as interferências humanas no meio ambiente, é possível verificar suas repercussões múltiplas no agravamento das fragilidades naturais e sociais.

Daí a importância da não desvinculação entre a análise do desenvolvimento econômico com as repercussões sociais e ambientais, que devem ser avaliadas à partir de estruturas históricas que incidem na vida cotidiana dos habitantes do Semiárido. Mas isso implica em uma nova visão e uma nova concepção de desenvolvimento que possa romper com as formas históricas de combate à seca e de modernização conservadora, assumindo uma perspectiva de sustentabilidade com base na Convivência com esse território sociopolítico. Desse modo negar essa possibilidade não é uma constatação científica, neutra, mas de projeto de sociedade.

### **2.3 Novas perspectivas e estratégias de sustentabilidade no Semiárido brasileiro**

Diante da trajetória histórica de ocupação e formação do espaço do Semiárido como um espaço de reprodução das desigualdades, é que se coloca o desafio de discutir as estratégias para uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável na região. Para tanto, deve-se considerar os papéis dos sujeitos sociais e seus diferentes interesses que expressam os respectivos projetos de sociedade. Tais projetos estão carregados de pressupostos teórico-metodológicos para interpretação da realidade regional, cada qual priorizando problemas e respostas que mais representam as diferentes finalidades de ocupação e exploração do “capital humano e ambiental” do Semiárido brasileiro.

Fica claro que a realidade socioambiental e econômica do Semiárido brasileiro pode ser analisada com olhares diversos, sendo esses permeados de pressupostos que podem inclusive enviar uma resposta incompatível à demanda da população que vive naquele espaço. A ótica que parte da perspectiva de uma modernização conservadora, segundo Silva (2010), observa os dados referentes à realidade climática, hidrológica e geológica e defende a necessidade de maior autonomia em relação à

produção que dependa da irregularidade pluviométrica, diversificando a economia local com a industrialização, a mineração, a expansão das áreas de produção de energias renováveis, entre outras capazes de atrair empresas para geração de emprego e renda nesses espaços. Ao mesmo tempo, continuam as apostas na continuidade de grandes obras hídricas, como a transposição de águas e interligação de bacias, a construção de grandes barragens, o pleno incentivo à agricultura irrigada, entre outros.

Outra ótica que será aqui apresentada como alternativa, nasce a partir do questionamento dos reais avanços que as perspectivas do combate à seca e da modernização conservadora produziram efetivamente para superação dos déficits sociais e para reduzir as desigualdades regionais. Emerge assim, uma perspectiva da “convivência com o Semiárido” que vem sendo orientada por uma crítica estrutural que percebe os efeitos da seca potencializados pela realidade das desigualdades socioeconômicas e pelas práticas produtivas inapropriadas ao meio ambiente. Desse modo, se torna necessário a visibilidade de todas as determinações que dificultam a reprodução, social, cultural, econômica e ambiental no Semiárido.

Nas últimas décadas, porém, com a intervenção de diversos atores, governamentais e não governamentais, vem sendo gerada outra concepção de como trabalhar e construir o Semiárido, baseada na compreensão: que seu povo é cidadão; que a seca não se combate; que é possível conviver com a semiaridez; que a região é viável; que uma sociedade justa se constrói baseada em equidade de gênero, tendo as mulheres como protagonistas de seus destinos; e que é essencial o desenvolvimento de um processo de educação para a convivência com o Semiárido que valorize o conhecimento construído pelo seu povo. Nasce, assim, a perspectiva da “convivência com o Semiárido”. (BAPTISTA e CAMPOS, 2013b, p.52)

Esclarecendo-se essa perspectiva, torna-se necessário tomar como ponto de partida a compreensão de que o Semiárido precisa ser analisado de forma ampla, levando-se em consideração as relações entre as classes sociais naquele espaço, compreendendo que as narrativas das secas tendem a suprimir as influências das formas estruturais de reprodução da exploração socioambiental e os impactos da “desproteção social” das comunidades sertanejas, percebendo que determinadas parcelas da sociedade encontram-se desprotegidas dos efeitos da seca, que são cíclicos, e que outras parcelas por terem acesso a poder econômico, social e político, historicamente se apropriam e tiram vantagens dessa realidade.

Nesse contexto, centenas de movimentos sociais e de organizações mais diversas da sociedade civil organizada, juntamente com instituições de ensino e

pesquisa, têm ampliado sua mobilização e atuação no sentido de construção de um projeto de desenvolvimento do Semiárido que se diferencie dos modelos tradicionais que remontam, a um tempo em que a política e a economia privilegiavam poucos que detinham o monopólio da terra, além do financiamento e toda iniciativa estatal.

Essas organizações criticam as políticas de “combate à seca” que reproduzem a ideia de que essa é uma região naturalmente inferior às outras devido a uma particularidade ambiental, climática, culpabilizando assim a esfera biológica. Da mesma forma, criticam a perspectiva da modernização regional na segunda metade do século XX, caracterizada por grandes obras de infraestrutura hídrica que dão base para os perímetros irrigados com intensa implementação de tecnologias e elevado investimento de capital, alimentando uma concepção de que se construiria uma economia próspera na região, que superaria o “flagelo climático-natural” e o tradicionalismo econômico representado pelo algodão, bovinocultura e subsistência. São essas as contradições que irão permear o debate sobre o desenvolvimento do Semiárido brasileiro que devem ser observadas dentro das condicionalidades históricas do Século XXI.

Uma nova perspectiva de sustentabilidade tem por pressuposto recolocar os seres humanos como sujeitos históricos em um ambiente natural que precisa ser respeitado e preservado como espaço de vida. Sob essa ótica, o desenvolvimento com seu caráter holístico não atropela e destrói o ambiente, nem a cultura, a religião e as tradições do sertanejo com o intuito de modernizar sua economia e gerar riquezas. Ao contrário, requer cooperação com a realidade natural e social local, a partir da articulação e integração dessa realidade. Essa iniciativa estabelecerá um diálogo, do que está posto com o que há de se construir, com um viés mais tecnológico e científico aliado a uma contextualização adequada. Essa ação combinada deve estar à serviço de um desenvolvimento que gere menos “resíduos ecológicos e sociais”, adequando-se a uma perspectiva dialógica, em que o lucro e a acumulação de riqueza por poucos não seja o fator determinante das decisões macrossociais.

No Semiárido, a construção de novas estratégias de desenvolvimento parte de uma crítica ao utilitarismo que busca a forma mais eficiente de aproveitamento de vantagens naturais locais, “[...] onde o próprio mercado é utilizado para induzir o manejo ótimo e sustentável dos recursos naturais e de aspectos sociais relacionados com a exploração” (FRANÇA; OLIVEIRA, 1999, p. 112 apud SILVA, 2010, p.162). O questionamento do utilitarismo pragmático como lógica estruturante do desenvolvimento, e de uma modernização que com financiamento público, gera

fortalecimento tecnológico e transformação da realidade para produção de lucro privado, se afastaria de um processo de fomento de autonomia social, política e econômica da sociedade que se constitui. Se antigamente era o autoritarismo dos coronéis que dominava a vida do sertanejo comum, hoje os interesses de mercado controlam o acesso à terra e água que não são apenas meios de produção, mas bens naturais fundamentais de acesso à própria vida nesse espaço.

Insatisfeitos com a presença de “ilhas de modernidade em um sertão de pobreza” e em contraposição à modernização conservadora, existiam projetos que visavam trazer dinamização da economia sertaneja e que agregavam os anseios mais amplos da sociedade questionando a dimensão estrutural da realidade. Essa perspectiva se orientava pela Convivência com o Semiárido, sendo alternativas sustentáveis de uma sociabilidade cooperativa, marcada inclusive por um agir econômico que é racional na medida em que nega a dimensão destrutiva do desenvolvimento, fundamentando o agir inclusive de movimentos sociais que buscavam remoldar o espaço do Semiárido nordestino à partir desses novos valores.

Deve-se considerar que a convivência expressa uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza. [...] Não se trata simplesmente de novas técnicas, de novas atividades e práticas produtivas e de ações socioculturais. A convivência é uma proposta cultural que visa contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas) apropriadas à semiaridez, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais, considerando também compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução que se foram construindo e desconstruindo ao longo da história de sua ocupação. (SILVA, 2010, p.188)

Dessa forma, o manejo adequado desse espaço no trato econômico, político e social deve apontar para uma espécie de “mutualismo cooperativo” entre os sujeitos sociais, apontando para uma lógica de cooperação ao invés de exploração (em todas as esferas que serão desenvolvidas a seguir) bem como na relação entre os sujeitos sociais e a realidade ambiental dada, que têm uma lógica própria pela qual se constitui uma harmonia no ecossistema.

Orientado pela convivência, o desenvolvimento do Semiárido passa, conforme Baptista e Campos (2013a, p. 65) por premissas tais como: o compromisso com as necessidades e potencialidades da população local; a conservação e o uso sustentável da biodiversidade; a recuperação das áreas degradadas; a quebra do monopólio da

terra e da água; a valorização do patrimônio cultural, étnico, material e simbólico do Semiárido; o reconhecimento da agricultura familiar como categoria sociopolítica e estratégica do desenvolvimento e o reconhecimento do meio rural como território de produção e reprodução da vida; a valorização das tradições e conhecimentos das comunidades; e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural do Semiárido com seu patrimônio, colocando sua população como coautora das políticas e não como sua simples beneficiária.

Com base nesses pressupostos e perspectivas, desde os anos 1990, estão sendo disputadas as políticas públicas para o desenvolvimento do Semiárido brasileiro. Neste princípio do século XXI ocorreram mudanças nos padrões de algumas políticas públicas no Semiárido que podem ter contribuído para o fortalecimento das capacidades de resistência dos povos do Semiárido. Destaca-se a expansão da rede de proteção social com ampliação do acesso a benefícios previdenciários rurais, benefícios de prestação continuada e a transferência de renda no Programa Bolsa Família que vêm se constituindo enquanto mecanismos de aumento da renda com repercussões na economia, ampliando a capacidade de consumo da parcela mais pobre com repercussões na dinamização da economia local. Também é possível perceber a expansão de iniciativas descentralizadas de captação, armazenamento e distribuição de água, em algumas centenas de casos combinadas com acesso a políticas de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa que possibilitaram o acesso a crédito e assessoria técnica (melhorias tecnológicas), a estruturação de processos de comercialização (compras governamentais e centrais de comercialização) e fortalecimento de sistemas produtivos agroecológicos.

Desse modo, iniciativas que visam a transformação da realidade do Semiárido Brasileiro são resultantes de um amplo processo de organização da sociedade civil, que se organizou à partir da perspectiva emancipatória de transformação da realidade, fortalecendo as capacidades de resistência do povo sertanejo o que implica em enfrentamento das estruturas de controle da água, da terra e do poder político na região. Segundo a análise de Cordeiro (2013), a construção de uma proposta de convivência com o Semiárido passa necessariamente pela emancipação do sertanejo através de reformas estruturais, a fim de que as estratégias de convivência se implementem não apenas como resiliência no espaço, mas de redução de desigualdades com raízes profundas. Desse modo, questionamentos amplos da sociedade civil se somam à bandeira de que é possível conviver no Semiárido

Brasileiro através das forças solidárias e transformadoras da sociedade civil, e um Estado Social que interfira na realidade, cumprindo seu papel regulador.

Essa estratégia requer um adequado tratamento da dimensão econômica do desenvolvimento, além dos aspectos estruturais de democratização da terra, da água e do poder, o que implica em inversão de prioridades dos investimentos estatais. A produção sustentável no Semiárido implica não apenas no desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias, mas requer outros parâmetros organizativos ou arranjos de gestão que possibilitem maior cooperação e integração entre produtores associados, seja como forma de viabilizar suas atividades econômicas com melhoria de padrões de produção e acesso a mercados, seja como estratégia de redução da subordinação nas relações com as forças econômicas dominantes na estrutura capitalista. No capítulo a seguir iremos analisar uma dessas estratégias: as redes de cooperação de economia solidária no Semiárido brasileiro.

### **3. ESTRATÉGIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UMA ANÁLISE DAS REDES DE COOPERAÇÃO**

A análise realizada neste trabalho sobre o processo de construção sócio-histórica de projetos de sociabilidade no semiárido, desde o combate à seca, passando pela modernização econômica até a proposta da convivência, mostrou até aqui como cada um desses paradigmas ressalta um modo de olhar, de conhecer e de agir naquele espaço considerando algumas ou suas múltiplas particularidades e a complexa relação entre os sujeitos sociais, a realidade natural, climática, geológica e hídrica. Vimos que esses direcionamentos estão relacionados às diferentes intencionalidades que envolvem desde a constituição cultural de um modo de vida até a conexão econômica e política com os interesses suprarregionais, da sua forma de integração aos projetos de desenvolvimento em âmbito nacional e global.

Dessa forma, percebe-se que nem todas as análises compreendem as múltiplas determinações dessas dimensões da realidade ou as negam por conveniência econômica que expressam a realidade estrutural do desenvolvimento a um processo de dominação desse território, sobretudo quando se considera a presença e a atuação do Estado na região, historicamente distanciado da sociedade e capturado pelas elites locais, como analisado por Francisco de Oliveira (1981). No entanto, compreende-se que os espaços de poder podem ser hegemônicos por diferentes atores que, a depender da correlação de forças, exercem pressão política e, por vezes, resultam em avanços para o segmento popular, como também encara retrocessos, que negam uma perspectiva sócio-transformadora.

Essa percepção nos leva ao entendimento de que o Semiárido brasileiro é um espaço em disputa entre diferentes projetos societários. Entre esses, o mais recente é o que propõe uma perspectiva de emancipação da maioria da população sertaneja que vive de sua força de trabalho e se relaciona com o meio ambiente a partir de uma lógica diferenciada daquela que tudo subordina, de forma nociva, à finalidade da reprodução do capital.

A perspectiva da convivência com o Semiárido brasileiro que vem sendo proposta e construída nas últimas décadas por setores organizados da sociedade, apresenta-se como um novo paradigma que transforma a realidade econômica regional, na medida em que decide construir uma economia da “não negação” da realidade ambiental. Desse modo, a própria produção que parte da realidade dada, e não a nega, já se configura em uma ação de resistência à lógica da negação simbólica



de desvalorização da cultura nordestina, bem como do seu meio ambiente, ou seja, do Semiárido como um território cujo povo enfrenta suas fragilidades e identifica suas potencialidades.

Do ponto de vista da dimensão econômica, a convivência é a capacidade de aproveitamento sustentável das potencialidades naturais e culturais em atividades produtivas apropriadas ao meio ambiente. Nesse caso, não é o ambiente que tem que ser modificado ou adaptado às atividades produtivas. Na perspectiva da convivência, ao contrário, são as práticas e métodos produtivos que devem ser apropriados ao ambiente. (SILVA, 2010, p. 195)

Essa percepção da necessidade de uma produção econômica alternativa que leve em consideração a realidade ambiental, não se constitui como mera retórica de um desenvolvimento “verde”, mas se constrói como a melhor saída diante dos efeitos de uma modernização que é irracional quando se refere ao processo de preservação, inclusive para as gerações futuras, como se percebe no exemplo da produção agrícola irrigada realizada em larga escala, por exemplo, que, quando realizada sem o manejo adequado dos bens naturais, pode gerar um processo de inviabilização da própria produção devido às ocorrências de salinização do solo ou de contaminação das águas, se constituindo desse modo como um manejo inadequado, uma produção que não só destrói o espaço ambiental, como também não permite a própria continuidade da produção no longo prazo, como analisa Silva (2010, p. 198).

No próximo capítulo, será analisado como uma economia para a convivência com o Semiárido se relaciona com as estratégias de produção sustentável, organizada com base na cooperação, na solidariedade e no ideal da autogestão, conforme tem sido proposta nas iniciativas de economia solidária.

### **3.1. Economia solidária: em busca de novas sociabilidades em práticas de sustentabilidade no Semiárido brasileiro**

A necessidade de organização no processo produtivo com amparo técnico, financeiro, bem como do acesso à terra para produção requer um nível de organização que muitas vezes a produção familiar isolada, imitando a lógica empreendedora individualista, pode fazer com que os trabalhadores não tenham sucesso no processo produtivo, não só pelas dificuldades que a produção no Semiárido Brasileiro exige, mas também diante da necessidade de ampliar o acesso às políticas públicas de forma

estruturada, requerendo desse modo, um nível de organização, dos trabalhadores, que apontem para uma pressão mais eficiente junto ao Estado, bem como as eventuais estratégias para que a comercialização possibilite a viabilização da produção, gerando renda, valorizando o trabalho e fortalecendo os processos organizativos dos trabalhadores naquele espaço.

Segundo a análise de Singer (2002, p.10) “O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção”. A partir dessa análise percebe-se que o modo de produção fundado pelo capital possui determinações sobre a vida em sociedade. Essa sociabilidade está fundada em valores e relações de competição, sendo marca constitutiva de relacionamento entre os indivíduos que ao se adequar às demandas de mercado passam por um processo que separa os vencedores dos perdedores. Seguindo a perspectiva de Singer (2010, p. 8), desde a vivência escolar até a relação no mercado entre as empresas capitalistas, “os vencedores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras”, de modo que a cada embate a relação de ambos se distancia de um processo justo. Se para os consumidores o resultante disso são preços mais baratos de produtos, escondido nesse processo há toda uma trajetória que aponta para demissão de trabalhadores menos adaptados, na busca dos que venceram a competição e agora fazem o trabalho sozinhos que antes eram feitos pelo dobro de força de trabalho.

Desse modo, esse tipo de relação não molda a complexidade do ser humano, bem como a complexidade da vida social de forma absoluta, mas possui determinações que somadas a diversas outras criam modos de vida social, que podem negar a solidariedade, a fim de gerar um perfil de trabalhador adaptado a um mercado que exige uma subjetividade à serviço da produção de riqueza.

A partir disso, como contraponto a essa perspectiva existe uma lógica de produção de riqueza social, modo de ser e se relacionar no trabalho que não vê na geração de lucro a roda giradora da iniciativa empreendedora, mas a geração de riqueza que agora é autogerida pelos trabalhadores, que não estão debaixo de um trabalho subordinado, mas que decidem em conjunto o rumo do empreendimento, bem como a finalidade da produção. Dessa maneira de se relacionar no campo produtivo, nasce uma perspectiva cultural de relação social que aponta para uma lógica democrática e participativa, cuja racionalidade cooperativa aponta para um agir que

segundo Singer (2002, p. 9) tem sua chave na “associação entre iguais, em vez do contrato entre desiguais”. A lógica da Economia Solidária seria uma força negadora da produção das desigualdades da sociedade do capital e também da forma de regulação do Estado que reproduz as bases da dominação, expressando uma forma em que a produção estaria à serviço de um agir cooperativo na relação social entre iguais. O Estado agiria para corrigir as eventuais desigualdades, que são frutos do acaso, potencialidades advindas da diversidade humana, e dentre outros fatores que impedem a dimensão cooperativa, de modo a gerar uma sociabilidade que não reproduza a miséria de muitos e a riqueza concentrada a serviço de poucos indivíduos.

O paradigma cooperativo como estratégia de resistência não é um processo novo na história da relação entre as classes sociais desde que o modo de produção capitalista se constituiu como o dominante. A necessidade da cooperação como via de fortalecimento das condições de vida da classe trabalhadora, se constituiu como resposta à precarização da força de trabalho, à constituição de um exército industrial de reserva que pressionava para baixo o valor da força de trabalho que oscilava para distante inclusive da reprodução familiar do proletariado, como analisa Singer (2002, p. 24). Esses processos de organização cooperativa e de associativismo experimentado pela recém formada classe operária e por outras categorias de pequenos produtores artesanais e camponeses na Europa, foram marcados pelas contradições de avanços e recuos:

O cooperativismo de trabalhadores sofreu distorções, conheceu reveses e viveu períodos de estagnação. Ainda assim, sua história exprime simultaneamente a impossibilidade e a recusa, por parte dos trabalhadores, de viverem encerrados em uma lógica social fundada no utilitarismo e na renúncia ao cultivo de vínculos sociais desde o terreno da vida material. (GAIGER, 2013, p. 213)

Como se sabe ao longo da história o cooperativismo sofreu distorções seja por um certo utopismo, de uma sociabilidade cooperativa ideal descolada da viabilidade histórica concreta, seja pelo pragmatismo que ao priorizar somente a eficiência econômica no acesso às melhorias de produção, renda e consumo, negligencia o seu potencial sociotransformador. Porém, apesar desses percalços, conforme Namorado (2007 apud GAIGER, 2013, p. 213), a persistência das formas autênticas de cooperação “permitem aludir a um paradigma cooperativo, cuja longevidade explica-se por sua consistência e insistência utópica, assim como por seu pragmatismo e abertura diante das mudanças constantes nas sociedades em que prosperou”.

Destarte, para além do pragmatismo cético das potencialidades transformadoras dessa perspectiva e do utopismo descolado da realidade, existe a constatação da historicidade de avanços e regressos dessa perspectiva econômica, e da sua atualização nas diferentes iniciativas da Economia Solidária que estão disseminadas em todo o planeta, inclusive no Semiárido brasileiro. Desse modo, é válido perceber a possibilidade de um desenvolvimento que parta de um paradigma cooperativo que seja concebido para além da geração de renda, fortalecendo, desse modo, uma lógica de sociabilidade alternativa de desenvolvimento naquela região.

Esse modelo ultrapassaria um paradigma moderno-positivista de uso da ciência, como mecanismo de apropriação da realidade para controle da humanidade sobre a natureza, e como marca da sociabilidade capitalista, da dominação do homem sobre o homem, seja no âmbito da produção, através da administração científica; seja através do controle social a nível mais amplo, na presença de um Estado cada vez mais burocrático, técnico e distante dos interesses da população. Da mesma forma deveria ser uma forma de superação do modelo arcaico que conserva as estruturas de reprodução de desigualdades sociais e de uma modernização excludente que prossegue até hoje com roupagens diferentes, ameaçando um desenvolvimento que traga verdadeiramente emancipação para o povo sertanejo, sendo necessário o questionamento dessas lógicas desde o processo de produção.

Partindo de uma análise crítica da sociabilidade capitalista, depreende-se que a produção de riqueza social a partir das relações de trabalho regidas pela lógica do capital, enquanto modo de vida social hegemônico, tem como principal marca a predominância de relações sociais de desigualdade que constituem as classes sociais, distinguindo os que possuem meios de produção e se constituem como detentores de livre iniciativa empreendedora, da classe social que vende sua força de trabalho adquirindo uma relação contratual, em troca de salário que é responsável pela sua reprodução biológica. Essas relações assimétricas entre os sujeitos sociais marcarão a realidade estrutural que se soma a um processo bastante particular de formação social de países e regiões, havendo uma relação dialética de interesses em conflito que marcarão os rumos do desenvolvimento socioeconômico.

Assim é gerada nessa sociabilidade do capital o trabalho assalariado, numa relação formal em que aparentemente há um contrato de venda e compra de força de trabalho aparentemente justa, mas que na lógica de acumulação subordina o trabalhador por ser destituído dos meios de produção de suas condições de subsistência de forma autônoma. Trata-se de uma desvantagem real em sua capacidade de negociação diante de uma demanda por trabalho que se torna cada vez menor, sendo esta uma marca da adoção de um projeto de sociedade que hegemoniza essa relação social, na absorção de todas as áreas da vida submissas a um projeto cada vez mais radical de subordinação socioeconômica. Esse capital variável (força de trabalho humana) demonstra-se cada vez mais desvalorizado em um

[...] elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal. Possui como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; além, é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego total e a deriva pessoal no tocante a perspectivas de carreira e de trabalho devido à ampliação de um precário mercado de trabalho. (ALVES, 2007 apud ALVES, 2009)

Diante dessa realidade, as alternativas econômico-solidárias se constituem como caminhos não só de acesso à renda, mas de organização sociopolítica que parte do questionamento de um modo de vida social hegemônico do Capital. Apesar do número expressivo, é importante destacar que o processo de criação e fortalecimento desses empreendimentos é por vezes “sacrificial” onde pelo bem da associação em questão, os rendimentos individuais não superam a solidariedade, segundo Singer (2001), sendo o próprio capital inicial dos empreendimentos frutos de abdicção dos sujeitos que por vezes não adquirem crédito para iniciar seus empreendimentos, apesar de possuírem os meios de produção (terras, e o ferramental necessário).

Não há como desconhecer que a economia solidária é parte integrante da formação social capitalista, na qual a concentração do capital incorpora o progresso técnico e assim determina as condições de competitividade em cada mercado. Para que uma associação ou cooperativa realize seu propósito é essencial que ela atinja um tamanho em que ela possa resgatar seus associados da pobreza e acumular sobras que multipliquem as fontes de trabalho e renda solidários. (SINGER, 2001)

Nesse sentido, por mais que os empreendimentos econômicos solidários se diferenciem na sua organização, gestão do trabalho, democratização da relação de

trabalho e deliberação de finalidades, de uma empresa capitalista convencional, ela não está fora dessa sociedade à serviço da lógica hegemônica onde sofre determinações diversas. Isso torna necessária uma determinada estrutura interna dos empreendimentos que deve ser sustentável, ou seja, para oferecer as possibilidades de uma nova cultura de relação entre consumidores e produtores, torna-se importante o incentivo de investimento público, na medida em que se constitui como um interesse público. Outras parcerias são necessárias como, por exemplo, as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) a fim de dar o devido suporte diante das dificuldades do crescimento desse tipo de empreendimento, seja no fortalecimento da gestão do trabalho, seja no acesso a crédito e recursos para aumento do investimento, a fim de aumentar os ganhos econômicos, sendo uma das motivações da existência desses empreendimentos o acesso à renda e a superação do desemprego.

Apesar de estar no mercado capitalista, isso não significa que o empreendimento funciona tal qual uma empresa capitalista. A diferença primordial do produto final que advém da relação de produção no processo de trabalho demonstra a clara diferenciação da lógica da cooperativa para uma empresa capitalista.

Uma dessas diferenças diz respeito ao lucro<sup>4</sup> enquanto a principal marca da lógica estimulada pela sociedade do capital, sendo sua otimização condição essencial da existência da empresa e determinante para o crescimento constante do capital que marca a prosperidade. Acontece que esse lucro advém da mercantilização do produto do trabalho dos trabalhadores assalariados que estão inseridos em uma gestão hierarquizada, onde os financiadores determinam os rumos da empresa, cabendo aos trabalhadores subordinados um papel pré-estabelecido e com flexibilidade relativa às determinações da maximização desse lucro. Já na lógica da cooperativa, a finalidade do empreendimento não é em último caso o aumento indefinido do capital da sociedade através do lucro, por mais que se busque o sucesso econômico da venda do serviço/produto, mas sim o bem-estar dos trabalhadores envolvidos, num modelo de gestão onde os rumos do empreendimento são decididos por todos. Mesmo tendo os custos próprios de qualquer iniciativa empreendedora, a divisão dos custos e das sobras não se dá a partir de uma heterogestão, mas é decidido mediante assembleias e com base em estatutos, como traz Cançado *et al* (2013). A diferença das sobras, se demonstra no fato de que depois de cobertas as taxas de administração sobram

---

<sup>4</sup> Aqui compreendido como “[...] o total do rendimento obtido com a venda da produção em determinado período, subtraídos aos gastos realizados neste mesmo período” (COOPER & ARGGRYS, 2003, p.781 apud CANÇADO et al, 2013)

recursos que são divididos pelos trabalhadores com critérios definidos, não sendo o objetivo essencial do empreendimento, mas também se torna importante como alternativa de geração de renda e para o fortalecimento do empreendimento, enquanto investimento.

Desse modo, ao trazer essas informações acerca da proposta da Economia Solidária, contrapondo com a proposta hegemônica do modo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, a cooperação, ou modo de relação social que se baseia na cooperação livre entre os sujeitos envolvidos, pode ser um motor de transformação da realidade social na medida em que, no processo cooperativo, aponta uma proposta de relação econômica, social, política e ambiental onde a marca principal é a mutualidade dos interesses, e não a competição, a subordinação e a consequente opressão. Essa é uma diferença essencial entre a economia solidária e o sistema do capital que, possuindo uma finalidade de obtenção de lucro para reprodução do capital privado, ao se autonomizar da realidade social mais ampla e ambiental, arrasta os diversos interesses dos sujeitos sociais, destruindo o campo cultural e a dimensão natural da vida.

Para além da própria organização visando a disseminação de bem estar social, gerando produção de riqueza econômica, as iniciativas de economia solidária refletem uma lógica organizativa que busca uma diferenciação do modo hegemônico de produzir riqueza fundada na subordinação e na exploração do trabalho. Essa lógica alternativa de criação de empreendimentos econômicos solidários visa, portanto, a dinamização de uma lógica de desenvolvimento que parte da realidade do território e que visa romper com estruturas que fortalecem as desigualdades sociais, apontando para um agir cooperativo que não só protege os associados, como potencializa as possibilidades de superação de expressões da questão social, conforme já debatemos nesse trabalho.

Desse modo, partindo de uma produção que visa uma sustentabilidade não apenas econômica, mas social e ambiental, utiliza-se inclusive de outras estratégias que contribuem para a disseminação dessa forma de compreender e lidar com as vulnerabilidades socioambientais através da organização da classe social que vive do trabalho para que na medida que constrói sua autonomia econômica, em um agir comunitário, constrói também sua autonomia política para reivindicação de direitos sociais mais amplos. Dessa forma é possível construir um processo virtuoso expresso por: a) incentivo e fomento ao desenvolvimento local socioambiental e econômico que

geraria receita pública e autonomia da sociedade civil em relação a um Estado historicamente capturado; b) esse quadro incentiva, na medida em que há organização associativa, uma consciência de desenvolvimento territorial, com engajamento da sociedade civil organizada; e c) fortalecida a capacidade associativa e a autonomia econômica, cria-se um espaço mais favorável para reivindicação e incidência no Estado para que esteja a serviço do desenvolvimento territorial.

Destarte, os dados recentes sobre os avanços da Economia Solidária no Brasil demonstram a importância dessas iniciativas para a sociedade Brasileira, bem como do Semiárido Brasileiro, trazendo à tona a possibilidade de um caminho que contribui para enfrentamento das expressões da questão social e da questão regional através do incentivo à autonomia econômica, socioambiental e cultural. O último levantamento sobre empreendimentos econômicos solidários (EES) no Brasil foi realizado entre 2010 e 2013, tendo sido identificados 19.708 empreendimentos. Não se trata de censo, mas de mapeamento para compor uma base de dados do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES)<sup>5</sup>.

Tendo por referência o SIES, verifica-se que no Semiárido foram identificados e cadastrados 4.965 EES em 691 municípios (61% do total dos municípios do Semiárido), o que corresponde a 25% dos EES identificados no Brasil. Ou seja, há uma forte presença da economia solidária no Semiárido que está assim organizada: 3.937 são associações (79% do total), 859 grupos informais, 194 cooperativas e 13 sociedades mercantis. No total, nesses empreendimentos participam 313.606 pessoas, sendo 143.838 (46%) mulheres e 169.768 (54%) homens, sendo 84% dos mesmos da agricultura familiar e camponesa do Semiárido<sup>6</sup>. De fato, a grande maioria daqueles empreendimentos atua na área rural, correspondendo a 80,6% do total de EES do Semiárido, ou seja, são iniciativas organizativas coletivas que estão atuando em diversas atividades econômicas fundamentais nas áreas rurais, conforme o quadro a seguir.

---

<sup>5</sup> O SIES foi criado em 2004 em uma parceria entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O primeiro mapeamento foi realizado entre 2004 e 2007 em duas fases e o segundo mapeamento entre 2010 e 2013. Os dados aqui utilizados estão disponíveis no observatório do cooperativismo e da economia solidária no seguinte endereço: <http://ecosol.dieese.org.br/>. Depois do rebaixamento institucional da SENAES em 2016 e da sua extinção em 2019, esta é praticamente a única fonte daqueles dados.

<sup>6</sup> Além de agricultores, identificamos 7% de pessoas do ramo do artesanato e 9% de outras categorias de trabalho.



**Tabela 01 - Principais atividades dos EES do Semiárido**

<b>Atividades principais dos EES no Semiárido</b>	<b>Nº EES</b>	<b>%</b>
Produção ou produção e comercialização	2.336	47%
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios/as	1.943	39%
Comercialização ou organização da comercialização	286	6%
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	206	4%
Poupança, crédito ou finanças solidárias	141	3%
Troca de produtos ou serviços	53	1%
<b>TOTAL</b>	<b>4.965</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES 2010 – 2013)

A maior quantidade de empreendimentos solidários segundo o SIES, aponta a sua vinculação com a demanda dentro do próprio processo produtivo, como estratégia de organização da força de trabalho, e na relação de consumo e uso coletivo de bens e serviços, sendo a base da Economia Solidária no Semiárido, logo após vem a organização visando a comercialização demonstrando a desproporção pela finalidade, e talvez pela dificuldade da articulação da comercialização em rede, que reque maior capacidade organizativa. Além disso, as finanças solidárias também não são tão presentes, o que pode repercutir na ausência de crédito, se não for suportado por algum programa de governamental.

Até aqui o esforço de análise se desenvolveu sobre as características da Economia Solidária como uma das estratégias de convivência com o Semiárido Brasileiro, contribuindo para o enfrentamento das expressões das desigualdades sociais e regionais. A partir desse subitem será analisado um tipo de estratégia de economia solidária no Semiárido que traduz essa perspectiva de transformação da realidade social: as redes de cooperação de empreendimentos econômicos solidários.

### **3.2 Redes de Cooperação: avanços e desafios das estratégias econômicas alternativas de sustentabilidade para convivência com o Semiárido**

As Redes de Cooperação são estratégias de articulação e organização desenvolvidas pelos empreendimentos de economia solidária a partir dos princípios da cooperação, da autogestão e da solidariedade para viabilizar suas iniciativas de produção, distribuição e consumo, ampliando suas capacidades de autonomia. Essa

estratégia de organização em Redes responde a dois desafios: o primeiro é fortalecer as atividades de produção e de comercialização dos produtos e serviços como elemento relevante de dinamização de cadeias produtivas de base familiar e associativa e o segundo é avançar na autogestão, ou seja, no exercício do fortalecimento coletivo das organizações em rede como elemento de enfrentamento conjunto das adversidades políticas e econômicas, que muitas vezes tem repercussões macrossociais, estruturais do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas na nação, e das repercussões do centro do capital global, em seus arranjos e rearranjos.

As redes desenvolvem ações voltadas à inclusão produtiva e política dos trabalhadores envolvidos nos empreendimentos, tanto do campo como da cidade. Como estratégias procuram desenvolver ações voltadas para a capacitação técnica e gestão, estruturação de processos integrados de produção e comercialização, bem como articulações das operações de crédito e investimentos, além da permanente disputa por políticas públicas voltadas para o fomento e desenvolvimento de padrões produtivos e econômicos desses grupos sociais. (ALVES, 2013, p.13)

A ideia central dessa iniciativa é a potencialização e estruturação de serviços em rede, seja na organização de empreendimentos produtivos, que em cooperação geram estruturas de comercialização, ou na atuação em rede com serviços que não são diretamente produtivos, mas que fortalecem indiretamente a produção, administração, ou outras finalidades próprias da perspectiva da Economia Solidária: formação técnica para produção, formação política dos sujeitos envolvidos nos empreendimentos, educação, assessoria de serviços paralelos à produção que podem ser deficitários nos empreendimentos em si. Desse modo os EES associados à rede resolvem suas deficiências e potencializam suas habilidades de modo cooperativo.

Com base nas informações do SIES (coleta 2010 - 2013), dos 4.965 EES que foram localizados no Semiárido, 583 empreendimentos (12% do total) participam de redes de cooperação solidária, assim distribuídos por área: comercialização (65% do total de EES em Rede), produção (28%), crédito e finanças solidárias (5%) e consumo (3%). Verifica-se então que, mesmo com um percentual de pouco mais de 10% do total de EES, as redes têm sido estratégias adotadas para fortalecimento das iniciativas de economia solidária no Semiárido.

Assim, como exemplo de estratégia, as redes de cooperação expressam uma forma de organização orientada pela lógica inaugural do cooperativismo autêntico, cuja perspectiva original buscava a construção de novos laços de sociabilidade de

resistência e de rompimento com as estruturas históricas de dominação do trabalho pelo capital. Trata-se de uma estratégia que constrói-se à partir de novos paradigmas de sociedade que avançam na democratização econômica e na ação organizada da sociedade civil, repercutindo inclusive na transformação do Estado, fortalecendo o compromisso governamental de resposta às demandas amplas da sociedade, negando a sua instrumentalização, que é histórica, e dificultando a capturação do Estado na medida em que a sociedade se organiza em âmbito local.

Como foi analisado anteriormente, a Economia Solidária traduz uma alternativa de modo de vida social, para além de uma preocupação restrita a alocação de recursos escassos. Desse modo, o paradigma cooperativo aponta para a necessidade de reconectar a finalidade da economia com a sua utilidade mais necessária, que se relaciona à gestão dos recursos para o bem estar de todos que convivem e participam da vida em determinado território, não priorizado os mais aptos a responder as demandas de mercado, mas ao contrário, fortalecendo uma sociabilidade que utiliza o mercado como instrumento da vida social e não como senhor da vida social.

Com o intuito de análise de um caso concreto que ilustra a organização em rede de economia solidária adequada à perspectiva da convivência com o Semiárido, foi analisado a Rede Xique-Xique. Essa rede sediada no Semiárido potiguar é um exemplo de uma rede de cooperação que fortalece as iniciativas da agricultura familiar através da gestão de iniciativas de comercialização, sobretudo das feiras de economia solidária, potencializando uma produção agroecológica, que se utiliza da estratégia da cooperação voluntária de empreendimentos familiares. A análise, de acordo com essa experiência, servirá para fundamentar a importância dessa estratégia de desenvolvimento sustentável na perspectiva da convivência com o Semiárido Brasileiro, onde serão discutidas as categorias antes analisadas com base na experiência factual dessa organização. A rede em questão, nasce, segundo Azevedo e Nunes (2013), com o intuito de “viabilizar a produção agroecológica e conectá-la ao mercado consumidor, ajudando e orientando os seus sócios”. Essa finalidade não se constituiu no campo das ideias para a realidade material da vida, mas surgiu como resposta à necessidade de aproximar a produção rural, orgânica, com os consumidores.

A Rede Xique-Xique começou a se formar e se organizar em 1999 com a iniciativa do “Grupo Mulheres Decididas a Vencer” que passou a produzir hortaliças orgânicas no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Mulunguzinho, na zona rural de Mossoró. Esse grupo levava

para a zona urbana cestas de seus produtos e comercializavam junto a Associação Parceiros da Terra (APT). Essa associação era informal e pagavam uma mensalidade para consumo das cestas de hortaliças, portanto essa comercialização acontecia nas garagens de parceiros, no caso principalmente o Centro Feminista 8 de março e outras cooperativas. Com essa prática sendo realizada constantemente, passaram a ter boa aceitação de seus produtos na localidade e começaram a ser pressionados a comercializar mais tipos de produtos, diversificando assim sua produção, trabalhando com as mesmas práticas e técnicas das hortaliças (AZEVEDO, 2012 apud AZEVEDO e NUNES 2013 p. 68).

Segundo as entrevistas feitas com os participantes associados dessa rede de cooperativas, em 2003 foi criada a Associação de Comercialização da Rede Xique-Xique, como espaço de venda dos produtos que logo mais seriam aderidos por mais “Unidades Familiares”, que são empreendimentos de agricultura familiar que produzem seguindo os termos específicos dessa lógica produtiva.

Logo após foi necessária a relação entre os quatro tipos de organização, como analisado por Azevedo e Nunes (2013) que participam da gestão da Rede: unidades familiares; grupos, associações e cooperativas. Essa rede tem realizado diversas atividades de organização da comercialização de produtos e serviços de associações, grupos e cooperativas em: Mossoró (sede), Apodi, Governador Dix-Sept Rosado, Serra do Mel, Messias Targino, Umarizal, São Miguel do Gostoso, Baraúna, Grossos e Tibau, sobretudo por meio das feiras, onde são feitas comercializações diretas dos produtos dos associados. Segundo Silva (2013), as feiras livres descentralizadas trazem avanços comerciais para 60 grupos produtivos em 12 núcleos distintos. Esses dados demonstram que houve sucesso no que se refere à iniciativa de descentralizar e tornar acessível os produtos, de modo a facilitar a comercialização e evitar intermediários entre a produção e a comercialização. A organização se dá no seguinte formato: “Cada Núcleo tem funcionamento independente com feiras organizadas localmente ofertando produtos produzidos no local e quando há mercado, oportunizando trocas de produtos com os demais núcleos da rede” (SILVA, 2013, p. 48).

Desse modo, a lógica da Economia Solidária direciona um agir que responde à demanda dos agricultores que vivem de sua força de trabalho, mediado por uma gestão que não é feita por outrem. A autogestão é um processo que se traduz em realidade no sertão, uma vez que se traduz como alternativa ao processo produtivo que é dirigido por uma subordinação do trabalho a um interesse cuja finalidade é alheia aos rumos definidos pelos próprios trabalhadores, gerando um processo de subordinação.

Desse modo, a maioria da renda, não é mais agora captada por um terceiro, que no processo de comercialização teria seu lucro garantido devido os entraves que impediam os produtores familiares terem contato direto com os consumidores, mas é definida democraticamente pelos próprios participantes da iniciativa cooperativa da rede de comercialização, numa lógica de assembleia, onde são definidos os locais de comercialização.

Desse modo as decisões de como lidar com o mercado, como atingir públicos diferentes, como fortalecer a comercialização ou captação de parceiros financeiros se dá numa lógica democrática, onde são predefinidos os limites das decisões, mediante a construção de estatutos, de modo a contribuir para evitar personalismos nas decisões, ou desvio da finalidade do empreendimento. Essa rede tem valores que a constituem na defesa de uma produção que tenha contido em si alimentos que fortalecem a segurança alimentar, através de produção orgânica, trazendo ganhos nutricionais para o consumidor, e se demonstrando como alternativa de produto cujo valor se associa inclusive na manutenção da saúde do consumidor. Desse modo, a defesa desses valores faz-se necessária na medida em que são construídos coletivamente expressando um anseio de produzir com um manejo adequado, na lógica agroecológica, trazendo à tona a sustentabilidade socioambiental.

Segundo relatos das agricultoras, reconhecem que a agricultura convencional é responsável por propiciar males tanto para a saúde humana como para o ambiente. Apontam que a agricultura movida por insumos artificiais mata quem produz e quem consome. A contaminação acontece desde o momento do manejo, da pulverização, atingindo o ambiente através da água e do solo. Destacam que a agricultura convencional é responsável por causar sérias doenças, além de tornar o ambiente impróprio para as próximas gerações. Para elas, esse tipo de agricultura não é indicado para ninguém, pois contém uma grande quantidade de inseticida. (GUEDES e MARTINS, 2011 apud AZEVEDO e NUNES, 2013, p. 68)

A partir do relato acima, percebe-se a diferença entre as iniciativas de produção agroecológica, sustentável e solidária que é fomentada pela Rede Xique Xique, do agronegócio que se orienta pela lógica da subordinação social e ambiental em favor da reprodução do capital. São muitos os impactos sociais e ambientais de uma forma de produção que não leva em consideração os males que produz desde a esfera produtiva até a esfera do consumo. Os trabalhadores rurais, nesse processo, também são contaminados no contato da produção agrícola que não leva em consideração os impactos na saúde do trabalhador, como também do consumidor que acessa produtos

que passaram por um manejo inadequado, onde seria inclusive contaminado pela grande quantidade de agrotóxicos como marca a produção relacionada à agroindústria.

Esse quadro traz à tona a necessidade do olhar para essa realidade produtiva que não pode ao priorizar o valor de troca do produto em detrimento da qualidade de fato da mercadoria, isso está profundamente vinculado ao interesse do consumidor, que é o acesso a um alimento saudável para acesso a uma nutrição adequada. Isso traz à tona que a aproximação do processo produtivo e da comercialização promovido pela Rede, desde o acesso do produtor ao consumidor, até a realidade de não esvaziamento da relação econômica como uma relação entre seres humanos que estão conectados entre si e com o ambiente que fornece o matéria prima, gerando uma cooperação que não é só positiva no sentido social, como também do ponto de vista ambiental.

Mas essas intenções e as organizações não impedem os desafios impostos pela realidade. Segundo Silva (2013), as principais dificuldades encontradas pela Rede Xique-Xique são: irregularidades na produção de sequeiro, o alto custo com transporte dos produtores a falta de recurso próprio para a adequada gestão da rede, demonstrando a necessidade de investimento público para suprir lacunas que impeçam o avanço dos empreendimentos até o nível em que for necessário a sua emancipação, quando necessário.

Durante a pesquisa foram identificadas algumas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, como é o caso especialmente de infraestrutura de produção, acompanhamento técnico, acesso a financiamento e logística de comercialização. Isso mostra que nessas regiões com base nos dados da (figura 4), possui ainda uma deficiência de assistência técnica, implicando em uma baixa produtividade, podendo implicar até na desistência de alguns núcleos em utilizar técnicas mais elaboradas, como o caso da agroecologia. (AZEVEDO e NUNES, 2013, P. 71)

Apesar de todas as potencialidades da lógica da cooperação, é válido afirmar que esse processo, como toda iniciativa empreendedora, por mais que seja na lógica cooperativa, passa por desafios dentro do processo produtivo, como explicitado, relacionado inclusive ao acesso a financiamento, para acesso a meios de produção, insumos, dentre outros fatores, na produção familiar. Além disso, a assistência técnica, que potencializa a produção e repercute no preço final do produto, sinalizando assim, a necessidade da organização desses trabalhadores a fim de reivindicar políticas públicas que atendam a essas necessidades e fortaleçam a reprodução dos

empreendimentos do processo produtivo até a comercialização; desse modo a necessidade de infraestrutura econômica pode ser fortalecida pelo Estado.

Diante disso, iniciativas populares podem ser utilizadas como alternativa à omissão estatal, levando em consideração inclusive os limites estruturais dados à renda das famílias e de iniciativa associativa de criar fundos solidários, para financiar projetos de desenvolvimento socioambiental em determinado território. Apesar dos dados do SIES apontar como baixa a porcentagem em relação às outras formas de rede de cooperação no Semiárido Brasileiro, é necessário refletir sobre a relevância do incentivo a essa forma de fomento e apoio à produção familiar, mediante as iniciativas de financiamento solidário.

A exemplo de outras redes de cooperação de economia solidária no Semiárido, a Rede Xique-Xique também tem adotado a estratégia de constituir alternativas de finanças solidárias por meio dos fundos rotativos. Ou seja, buscam mobilizar recursos locais (monetários e não monetários) das próprias comunidades rurais para financiamento de atividades produtivas e de consumo das famílias.

Segundo Ribeiro e Jesus (2013), os fundos rotativos solidários são formas de poupança que visam a autonomia local em relação aos agentes financeiros externos, bem como formas de organização de finanças comunitárias a partir de viabilização de recursos dos próprios trabalhadores, visando o fortalecimento da infraestrutura econômica, produtiva e de reprodução social a partir da auto-organização e gestão desses recursos para ganho coletivo. Dessa forma, a lógica dessa tecnologia social<sup>7</sup> visa a organização de atores comunitários, para suprimento das próprias demandas locais.

Desse modo, essa tecnologia nasce à partir da organização de agricultores familiares, como analisado pelas autoras, a fim de auxiliar e ampliar, por exemplo, a construção de cisternas para acesso a água para consumo e produção, recursos para organização de barragens subterrâneas, aquisição de animais para produção pecuária, sendo priorizadas a lógica do manejo sustentável, com animais que sejam mais adequados à essa realidade do espaço do Semiárido Brasileiro, dentre outras iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar. Os fundos rotativos solidários contribuem de forma abrangente para toda estrutura organizativa que vai desde as

---

<sup>7</sup> Segundo Baptista (2016) Tecnologia Social é o uso da ciência ou da técnica considerando seu compromisso ao favorecimento de um projeto crítico de sociedade, satisfazendo necessidades humanas e criando condições concretas de satisfação de necessidades. A principal característica dessas tecnologias é que elas tem uma utilidade definida pela criação de estratégias de enfrentamento de necessidades sociais populares.

redes de cooperação até as unidades de produção e de reprodução familiar, ou seja, todos os espaços organizado pelos trabalhadores e trabalhadoras, fortalecendo a autonomia, a organização e a gestão democrática, feita pelos próprios financiadores para benefício mútuo em um determinado território que enfrenta os mesmos desafios e possui potencialidades.

Ribeiro e Jesus (2013) destacam que a prática de constituição desses fundos é antiga, mas é a partir dos anos 1980 que ganham força junto aos movimentos sociais e às atividades comunitárias ligadas, especialmente, às diversas igrejas. As autoras ressaltam que, no início dos anos oitenta, percebia-se que as políticas e projetos assistenciais não estavam contribuindo para alterar significativamente as estruturas que geravam o empobrecimento. Assim, essas organizações apostaram em soluções baseadas na articulação local e dos próprios agricultores, como forma de encontrar soluções endógenas para os problemas diariamente vivenciados nessas regiões.

A experiência trazida pelas autoras na Paraíba demonstra o quão essas iniciativas são importantes para auxiliar a lógica de transferência de renda de enfrentamento à pobreza como expressão da questão social, demonstrando a necessidade inclusive do fortalecimento dessa políticas para que contribuam no enfrentamento dessa realidade. Essas experiência comunitárias são aqui entendidas não como a negação das políticas públicas, por reforçar a autonomia da população frente ao Estado, caindo no discurso Neoliberal de Estado ineficiente, corrupto e caro, mas de fato na sinalização do fortalecimento de um padrão de gestão social do Estado com participação da sociedade organizada que incentive a autonomia da população e não a sua cooptação. Dessa forma, as iniciativas de finanças solidárias são experimentações e instrumentos que visam a garantia de um Estado Democrático de Direito, na medida em que é dada à população os meios para exigir políticas públicas de incentivo à produção sustentável, bem como a atuação em rede de todas as outras políticas públicas tão necessárias para a reprodução social da classe trabalhadora, no Semiárido Brasileiro.

A lógica dos Fundos Rotativos, desse modo não se constitui como mero acesso à crédito para iniciativas comunitárias, mas também propõem um questionamento mais amplo de um tipo de sociabilidade que não responde aos anseios mais amplos da classe social que vive de sua força de trabalho. Do mesmo modo, as redes de cooperação solidária são estratégias de organização e mobilização para incidência nas políticas públicas e para democratização do acesso ao fundo público.



No caso da Rede Xique-Xique, os participantes dessa rede são pequenos produtores que durante as entrevistas realizadas por Silva (2013), expressavam um elevado grau de consciência e denunciavam a

[...] pressão que a larga produção exerce sobre o produtor de pequena escala, influenciando inclusive, na percepção aqui explícita, as políticas de Estado, quando os financiamentos concedidos a pequenos produtores se igualam, ou até são superados pelos incentivos fiscais dados aos grandes. (SILVA, 2013, p. 54)

Por isso, um avanço importante do ponto de vista organizativo, é a possibilidade de fortalecimento de relacionamento com o Estado, no acesso às políticas públicas já existentes, bem como parcerias para fortalecimento das iniciativas em cooperação. Além da facilitação do acesso aos consumidores individuais das hortaliças por meio das feiras agroecológicas, a Rede Xique-Xique contribui para organizar as demandas de acesso de suas associadas e de seus associados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que são programas nacionais que incentivam a produção da agricultura familiar, utilizando dessa fonte de produção orgânica e saudável, incentivando a produção que visa o desenvolvimento socioambiental, conectando a uma demanda pública de abastecimento dos serviços do Estado. Por outro lado, o incentivo de políticas públicas, se constitui como necessário para viabilidade desses empreendimentos segundo Silva (2013, p. 56). No entanto cumprir as exigências desses programas não tem sido fácil para a Rede, demonstrando a necessidade de maior estruturação no aspecto produtivo.

Desse modo, a organização cooperativa seria um dos motores de reformulação inclusive de políticas públicas que tenham por finalidade o próprio desenvolvimento, segundo a lógica da convivência com o Semiárido, demonstrando a necessidade de questionamentos inclusive mais amplos trazendo à tona a percepção da agricultura familiar como uma bandeira que precisa ser fortalecida inclusive no questionamento da concentração fundiária histórica no Nordeste e no Brasil, que poderia ser espaço para moradia e produção para mais trabalhadores sertanejos, aumentando as alternativas de produção que alimentam centros urbanos com produtos saudáveis e de qualidade.

Desse modo, a valorização da força de trabalho sertaneja passa pela necessidade do questionamento estrutural das desigualdades sociais e regionais, mas que se somam às iniciativas comunitárias trazendo à tona transformações que se direcionam do chão do cotidiano, até o caráter das políticas públicas, como já acontece

no Semiárido Brasileiro com outras iniciativas<sup>8</sup>. Esses avanços fortalecem a consciência de que é possível conviver com o Semiárido desde que haja força política de quem vive nele e organização de um Estado responsável em colaborar com um paradigma cooperativo transformador.

Além disso, a relação com o consumidor dos centros urbanos, no fornecimento de produtos agroecológicos, saudáveis e com qualidade, retomam a percepção de que a dimensão rural e urbana da vida social estão mais associadas do que se percebe, repercutindo na valorização social da produção local, no estreitamento de laços culturais entre o “interior” e o “centro”, redimensionando as próprias reivindicações sociais que enfrentam dimensões estruturais que estão mais relacionadas do que se parece. Uma produção rural saudável, que fortalece do ponto de vista socioambiental a infraestrutura econômica do “interior” melhora a qualidade de vida, através alimentação de quem vive nos “centros urbanos”.

Não se pode esquecer também, a importância dessa iniciativa da Rede Xique-Xique como exemplo do protagonismo das mulheres do Semiárido. É visível a existência de alternativas práticas, politicamente engajadas, que buscam a autonomia não só no campo da consciência política, mas no espaço da produção. Desse modo a organização em torno da autogestão questiona, algo secular que é a dominação masculina no Semiárido Brasileiro. Se constitui, assim, como questionamento de uma expressão da questão social, que é a dimensão da subalternidade do trabalho feminino à esfera de reprodução da vida social, sendo esses empreendimentos meios de organização do trabalho de inserção feminina, cuja autonomia econômica pode favorecer à uma posição de libertação de diversos efeitos negativos da subalternidade econômica à figura masculina.

[...] o trabalho da mulher no campo segue, em grande parte, sendo visto como invisível. Apesar das mulheres participarem do conjunto dos trabalhos desempenhados nas propriedades familiares, permanece a visão de que o trabalho das mulheres no circuito produtivo é apenas

---

<sup>8</sup> Diante da insuficiência das políticas de combate aos efeitos da seca, é necessário pensar um horizonte que se vincule com a dimensão social, estrutural e ambiental, o que pressupõe a compreensão de que as soluções tecnológicas são comprometidas ideologicamente com projetos de sociedade. Desse modo, as alternativas de convivência com o Semiárido, a exemplo dos programas P1MC (Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais) e P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas), formulados pela Articulação do Semiárido (ASA), expressam uma racionalidade comprometida com um tipo de tecnologia que responde às demandas da população sertaneja, tendo como objetivo a harmonia entre os agentes do território, o metabolismo das chuvas e a dinâmica social que a circunda, que justifica a necessidade de uma tecnologia específica. (PAIVA et al, 2019).

uma ajuda, um auxílio ao chefe de família, o marido. (CASTRO, 2014, p. 56)

Isso demonstra que os empreendimentos e associações estão inseridos em uma sociabilidade que traz à tona desafios desde o enfrentamento de subalternização não apenas da força de trabalho, na busca de autonomia econômica fora do espaço familiar, como também pode oferecer mudanças na própria cultura familiar, na relação afetiva que muitas vezes reproduz a lógica de dominação masculina. Assim, se na produção o protagonismo feminino passa a ser ressaltado, e as mulheres sertanejas demonstram de forma prática que são importantes no processo produtivo, isso pode repercutir na valorização social da mulher, não apenas no espaço da reprodução social, do cuidado familiar, mas também no protagonismo produtivo. Vale ressaltar que essa Rede surgiu através de uma iniciativa de um coletivo feminino que preocupado com a potencialização da produção aprofunda na criação de uma rede de comercialização, nada mais conveniente para demonstrar a potencialidade da convivência com o semiárido e o enfrentamento das expressões da questão social que esse exemplo.

Assim, a organização à partir de um projeto solidário-sustentável, incentiva a criação de um modo de vida social que é alternativo ao modo de produção capitalista vigente, que incentiva uma racionalidade pragmática diante dos desafios da vida cotidiana gerando decisões individualistas e competitivas, de forma majoritária, muitas vezes, criando no senso comum um desprezo de ações ou saídas cooperativas. Mais do que isso, o incentivo à autogestão pode gerar na população a reflexão mais profunda de um modelo sociedade que seja construída por seus participantes em um agir ativo, com decisões democráticas, negando uma lógica autoritária e subordinadora, que transforma o agir transformador para uma sociedade que busca ser mais democrática, e verdadeiramente popular, reverberando o espírito da constituição de que: "Todo poder emana do povo".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda análise feita até então, faz-se necessário rever alguns pontos que devem ser ressaltados para a compreensão das considerações últimas. Conforme tratamos no capítulo dois traz à tona a discussão sobre a construção sócio-histórica das estruturas sociais que fundamentam a dominação nas relações sociais no território do Semiárido brasileiro, de modo que a tentativa empreendida trouxe à tona o questionamento da culpabilização das desigualdades sociais e de certo atraso socioeconômico dessa região devido à realidade natural da semiaridez.

Na medida em que se buscou fundamentar historicamente a dimensão estrutural regional, fez-se necessário analisar a realidade considerando suas particularidades, mas como parte de uma complexidade mais ampla, onde a realidade do Semiárido estava inserida. Dessa maneira, era necessário trazer à tona o debate da relação entre a questão social e a questão regional a fim de esclarecer que o processo de subalternização desse território e da dominação socioeconômica estava correlacionado com a inserção regional do Nordeste dentro do circuito competitivo do capitalismo em âmbito global e nacional, o que gerava um processo de dominação provocada pelos interesses de acumulação de capital fora do ambiente regional, porém explorando ao máximo suas riquezas e potencialidades naturais e do trabalho humano.

Fez-se, portanto, necessário demonstrar que a forma como o próprio modo de ser social do capitalismo gera um processo de concentração de riqueza fundada na exploração do trabalho, subordinado aos interesses do capital, com determinações amplas na forma como o Estado se relaciona com a sociedade, capturado por uma estrutura oligárquica, se distanciando da resposta aos interesses amplos da sociedade que vive da sua força de trabalho. Isso é expressão da questão social no capitalismo, com repercussões diretas que se relacionam com a questão regional.

A partir dessa compreensão necessária e crítica sobre um processo de desenvolvimento regional que não está orientado pela busca da harmonia com a realidade ambiental e nem pelas demandas da classe social que vive da sua força de trabalho, busca-se analisar como está se dando a construção de novos paradigmas de sustentabilidade no Semiárido, que se expressa como uma “negação da negação”, ou seja, como superação dos determinantes históricos e estruturais da expropriação e da exploração ambiental e social.

A investigação permitiu compreender a dialética entre paradigmas de desenvolvimento. Se os povos originários aqui viviam e conviviam de forma harmoniosa e adaptada à realidade natural, como espaço geográfico delimitado, o Semiárido brasileiro foi construído a partir de processos de colonização violenta, provocando o genocídio e o etnocídios daquelas culturas aborígenes, como um espaço útil para a dominação social visando à máxima exploração econômica. Dessa forma, diante da realidade climática que provocava crise no complexo econômico sertanejo, a imagem regional foi historicamente sendo construída, ligada à concepção da impossibilidade da vida, culpabilizando a seca, o solo e a vegetação áspera pelo atraso socioeconômico. Porém, diante da permanência das questões estruturais das desigualdades regionais, mesmo com mais de um século de tentativas de combater à seca e de modernizar o Semiárido sob a ótica do capital, busca-se agora afirmar que é possível conviver com o Semiárido, desde que haja uma mudança de perspectiva, que começa a partir de novas formas de olhar a região, sobre suas potencialidades e problemáticas e avançar para a construção de ações sociotransformadoras ambientalmente apropriadas.

A perspectiva da convivência com o Semiárido tem valorizado as estratégias da economia solidária para uma produção e um modo de viver orientado pela harmonia com o meio ambiente e a justiça social. Desse modo, no capítulo três, buscou-se aprofundar alguns significados da economia solidária do ponto de vista teórico, o quanto ela se constitui como uma estratégia histórica da classe trabalhadora de enfrentamento do processo de sua subalternização, sendo uma alternativa para fortalecer não apenas às reivindicações dessa parcela da sociedade, mas para aumentar sua resiliência frente às determinações na vida social. Desse modo discute-se sobre o que seria o paradigma cooperativo em contraposição ao paradigma competitivo, sendo as suas vantagens identificadas na potencialização da resposta à mesma subalternização que a competição gera aos menos adaptados, à sociabilidade capitalista.

Diante disso, buscou-se discutir as repercussões da adoção de um paradigma cooperativo construído hoje em um contexto de domínio da sociabilidade do capital, como contraponto a essa hegemonia, sendo, portanto, uma contra-hegemonia, orientada para a autonomia da força de trabalho, trazendo à tona as potencialidades para a geração de uma sociabilidade mais democrática, dentro do processo produtivo e as repercussões dessa transformação, no fortalecimento da capacidade reivindicativa

da classe trabalhadora, na construção de uma relação mais autônoma para exigir do Estado um compromisso com a garantia de direitos, e da emancipação dos sujeitos sociais frente aos projetos históricos de dominação, que se dá no plano econômico, ambiental e político.

Realizou-se essa pesquisa a partir de um questionamento se as iniciativas de Economia Solidária articuladas à perspectiva da convivência com o Semiárido se constituem, de fato, como estratégias de enfrentamento de expressões da questão social, fortalecendo a autonomia econômica e social frente ao conjunto de desigualdades estruturais ligadas ao modo de produção capitalista na região? Assim toda a análise feita apontava para respostas que tentariam responder a amplitude desse pergunta. Desse modo, levando em consideração a definição de convivência com Semiárido na perspectiva adotada, percebe-se na análise das redes de cooperação uma contribuição válida para a construção e experimentação de um novo paradigma baseado na convivência, na medida em que repercute não só numa estratégia de aumento de renda, e organização de agricultores familiares em rede com um objetivo comercial, mas reforçam paralelamente a isso o enfrentamento de outras necessidades que se relacionam às demandas amplas da sociedade que enfrentam a dimensão estrutural das desigualdades sociais no Semiárido brasileiro.

Tendo por base a análise teórica, buscou-se observar um caso concreto de economia solidária no Semiárido, tendo-se elegido fazer uma revisão da produção bibliográfica e documental sobre a Rede Xique-Xique de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar. Fez-se a análise com base em artigos e dissertações, buscando identificar como as categorias antes analisadas correspondiam à realidade histórica concreta com base nessa iniciativa particular de uma rede de cooperação solidária. Essa rede de cooperação foi escolhida como exemplo a fim de perceber a experiência prática segundo o paradigma cooperativo, cuja importância é bastante válida.

O paradigma cooperativo, analisado através da Rede Xique-Xique não apenas repercute como uma estratégia que se encaixa na lógica da Economia Solidária, como responde à reprodução da vida no espaço semiárido, conforme os seguintes aprendizados da pesquisa:

- a) A economia solidária contribui para o fortalecimento das relações harmônicas com o meio ambiente, evitando os processos de desgaste, como a desertificação e o consumo insustentável dos recursos hídricos limitados, que

inviabilizam a produção e a vida em ambientes marcados por fragilidades climáticas, ao tempo em que busca incentivar e realizar uma produção ambientalmente apropriada, sobretudo com o foco na agroecologia;

- b) Fortalece os laços culturais, de valorização da cultura sertaneja, uma vez que as pessoas não serão obrigadas a sair desse espaço para sobreviver, pois as oportunidades de reprodução econômica das famílias desse território se encontra nele mesmo, fortalecendo a produção local, e diminuindo a pressão urbana e dependência da subordinação do mercado de trabalho, que não demonstra uma capacidade de absorção do excedente de força de trabalho ;
- c) Fortalece as iniciativas de enfrentamento às relações desiguais de gênero, uma vez que se questiona a dominação masculina, o patriarcalismo e o machismo no acesso produtivo das mulheres, desse modo a inserção das mulheres no espaço produtivo nessa realidade pode potencializar transformações na percepção cultural das possibilidades de acesso das mulheres rompendo com a perspectiva de que o espaço feminino se reduz a dimensão de reprodução social da família, o que pode fortalecer o acesso das mulheres à transformação da realidade do Semiárido levando em consideração suas demandas;
- d) Critica o manejo inadequado e uma produção que não leva em consideração os impactos na saúde pública do uso de agrotóxicos na produção alimentar, fortalecendo a produção agroecológica articulada ao comércio justo e ao consumo responsável;
- e) Amplia a capacidade de organização sociopolítica e de incidência sobre as políticas públicas, buscando democratizar o Estado, ampliando a sua dimensão e compromisso social, buscando estabelecer relações baseadas na autonomia que permitam a luta por direitos e incentivando as formas de pressão política sobre a sociedade e as instituições públicas em defesa das demandas da agricultura familiar, sendo um foco de resistência à pressão do agronegócio.

É válido afirmar que o intuito desse trabalho não é a defesa “heroica” dessa estratégia como forma de superação, por si só, da sociedade a serviço do Capital, mas demonstra as possibilidades de acessos através da organização popular seguindo o paradigma cooperativo, demonstrando as potencialidades dessa articulação inclusive em outros territórios segundo as suas potencialidades, particularidades e entraves.

Desse modo é válido apontar alguns entraves que limitam a ampliação de iniciativas de caráter transformador:

- a) As propostas de convivência com o Semiárido se constituem como ações da sociedade civil que ao se organizar em movimentos sociais, iniciativas religiosas, dos próprios trabalhadores, organizações não governamentais, dentre outras, disputam a hegemonia política com sujeitos que historicamente capturaram o Estado na região para atender seus interesses, de modo que a reposta do poder público às demandas amplas da sociedade enfrentam resistência de projetos diferentes de atores já estabelecidos, bem como de outras propostas de ação no Semiárido Brasileiro.
- b) A realidade da competição nos mercados exige dos empreendimentos de economia solidária um agir econômico que pode pressionar para a transgressão, em determinados momentos, dos valores que fundamentam a organização das redes de comercialização dos empreendimentos familiares e da articulação na rede, podendo repercutir, portanto, na desconfiguração desses empreendimentos, priorizando a lógica do lucro em detrimento das finalidades relacionadas aos valores da cooperação, colocando a retórica de uma “outra economia” em questão.
- c) As relações que devem visar a autogestão, podem se transformar em relações de subordinação, uma vez que as desigualdades de acesso à educação e de conhecimentos técnicos dos membros da rede, pode gerar uma hierarquização que diminua a democratização da relação no campo produtivo, bem como a dominação no que se refere às decisões desenvolvidas dentro do empreendimento, sendo necessária uma autodisciplina e compreensão dos associados que muitas vezes, não são imediatamente acessíveis, sendo necessários uma educação apropriada à produção segundo o paradigma cooperativo.
- d) O alto custo com transporte dos produtores a falta de recurso próprio para a adequada gestão da Rede Xique-Xique, foi demonstrada como o quão a autonomia do empreendimento é relativa, sendo necessária a articulação com agentes externos à rede a fim de combater os entraves ao fortalecimento dessa iniciativa, trazendo a reflexão de que a cooperação é necessária não como um instrumento protecionista apenas, mas que dialoga com outros atores sociais, a fim de aumentar essa relação cooperativa, visando o desenvolvimento local.



- e) Por último, os fundos solidários que podem potencializar essas iniciativas econômicas a partir da renda própria dos agricultores familiares, estão sujeitos aos rendimentos obtidos pelos mesmos nas suas atividades produtivas, ou seja, o enfraquecimento da comercialização repercute diretamente nos fundos solidários para diversos serviços, repercutindo nos investimentos populares para o desenvolvimento local.

Destarte, com base nessas afirmações, outras perguntas podem ser feitas, abrindo outros campos de análise, que aqui não foram desenvolvidos: como se dá a relação do Estado no incentivo às iniciativas de economia solidária que visam a superação de vulnerabilidades e visando a convivência com o Semiárido? Como se dá a resposta e as determinações amplas desses empreendimentos quando competem com mercados com expressões capitalistas da produção dos mesmos produtos?

Considera-se que a presente análise pode ser importante para o Serviço Social por ser um tema que envolve uma compreensão de totalidade, que leva em consideração as singularidades e as complexidades da realidade, sendo expressões de uma sociabilidade à serviço do Capital, relacionando com a dimensão nacional e regional, importantes para a racionalidade crítico-dialética, tão cara à formação profissional de qualquer estudante de Serviço Social. Ademais, o Semiárido brasileiro é um espaço de atuação de profissionais do Serviço Social, em diversas áreas, sobretudo nas políticas de assistência social que muito contribuem para a redução da extrema pobreza na região. Essa atuação requer uma análise crítica sobre as raízes estruturais e a reprodução das desigualdades sociais e regionais, bem como ter uma percepção sobre as estratégias sociotransformadoras que estão sendo construídas pelos movimentos sociais no Semiárido.

Além disso, a importância do aprofundamento sobre o debate acerca da relevância da economia solidária como alternativa às expressões da questão social, alternativa essa que gera organização produtiva, organização política, visando uma construção de uma sociedade pós-capitalista, que se relacionam diretamente com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, tão caro à formação histórica da profissão.

Faz-se necessária para qualquer Assistente Social, uma observação atenta das estratégias da classe trabalhadora de organização em movimentos sociais, sendo o Movimento da Economia Solidária importante no Brasil, bastante relacionado à questão agrária e urbana, uma vez que os movimentos de caráter campesino utilizam dessa

estratégia como forma de fortalecer suas reivindicações em favor de reformas estruturais como a reforma agrária, a democratização do acesso à água e às demais condições de vida no Semiárido.

Desse modo a relevância pessoal desse esforço empreendido se dá no conhecimento sobre alternativas de desenvolvimento socioambiental e econômico que sigam um paradigma cooperativo, sendo interessantes para pensar não só transformações estruturais, mas imediatas, compreendendo a importância para a reflexão sobre democratização do Estado e da sociedade, e na reflexão sobre formas de combate às iniquidades históricas que marcam o Semiárido Brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Almir dos Santos. Projeto Redes Solidárias: passos para a sustentabilidade. In: ALVES, Almir dos Santos. **Redes de Cooperação Solidária: balizamento conceitual e metodológico de redes de cooperação solidária**. São Paulo: Editora Limiar, 2013.

ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálisis**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.188-197, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO).

ANDRADE, Manuel Correia. **O Nordeste e a questão regional**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, abr. 1997.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e Urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 2-43.

AZEVEDO, Melina de; NUNES, Emanuel. As feiras da agricultura familiar: um estudo na Rede Xique Xique nos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN). **Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 3, n. 23, p. 59-74, 2013.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. Possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). **Convivência com o Semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Labs, 2013a. p. 208.

\_\_\_\_\_. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). **Convivência com o Semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Labs, 2013b. p. 208.

BEZERRA, Francisco Diniz; SANTOS, Lucas Sousa dos. Energia Solar no Nordeste. **Caderno Setorial Etene**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.26-40, set. 2016.

BRASIL. **Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste**. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial de Programas Regionais. **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Semi-árido**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. (Versão para discussão).

CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A.; CARVALHO, J. E. F. B.; IWAMOTO, H. M. Desfazendo um mal entendido: discutindo as diferenças entre lucros e sobras. **Administração Pública e Gestão Social**, v.5, n.1,p.28-33, 2013.

CARVALHO, Cícero P. O. Novo padrão de crescimento do Nordeste Semiárido. In: **Revista Econômica do Nordeste - REN**, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 160-184, jul-set., 2014.

CASTRO, Mariana Pereira de. **A Auto-Organização Feminista como Processo de Aprendizagem Coletiva: a experiência da Rede Xique-Xique**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Usp, São Paulo, 2014.

CORDEIRO, Danielle Leite. Reinvenção dos movimentos sociais no Semiárido brasileiro: o caso do P1MC. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Oscar (Org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: Labs, 2013. p. 208.

FRANÇA, J. M. F; MORENO, J. C. Uma reflexão sobre os impactos causados pela seca no Rio Grande do Norte de 2012 a 2016. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 22, n. 44, p.213-232, jun. 2017.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s.l.], v. 28, n. 82, p.211-228, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092013000200013>.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, p.9-31, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/operacoes-estatisticas/PM> Acesso em 12/06/2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 132.

PAIVA, Isaac Cesar Pacheco de; ALBUQUERQUE, Handrya Emilly de Souza; SILVA, Roberto Marinho Alves da. Vulnerabilidades socioambientais, resistência sertaneja e ações de convivência no semiárido potiguar na seca 2012 a 2016. In: **Seminário de Pesquisa do CCSA**, 24., 2019, Natal, p. 1 - 15. Disponível em: <https://seminario.ccsa.ufrn.br/>

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Fundação João Pinheiro; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/> Acesso em: 10/04/2019.

RIBEIRO, Manuella M.; JESUS, Vanessa M. B. de. A experiência paraibana de Fundos Rotativos Solidários. In: COSTA, Adriano Borges (Org.). **Tecnologia social políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis, 2013. p. 284.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Fortaleza: BNB/Etene, 2010.

SILVA, Victor Marques de Araújo. **A Gestão de Empreendimentos da Agricultura Familiar e os Impactos para a Sustentabilidade:** um estudo de caso na Rede Xique-Xique. 2013. 70 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, UFRN, Natal, 2013.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 16, n. 1-2, p.100-112, dez. 2001. FapUNIFESP (SciELO).

\_\_\_\_\_. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

VIDAL, Maria de Fátima. Situação da Cajucultura Nordestina na Após Seca. **Caderno Setorial Etene**, Fortaleza, v. 4, n. 1, p.17-25, dez. 2016.

VIDAL, Maria de Fátima; XIMENES, Luciano. Comportamento recente da fruticultura nordestina: área, valor da produção e comercialização. **Caderno Setorial Etene**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p.18-26, out. 2016.

XIMENES, Luciano. Agroindústria da Carne no Nordeste. **Caderno Setorial Etene**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.16-25, set. 2016.